

6 de Março 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 49 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

BPC aperta no crédito

Quando o BPC reabrir os empréstimos a empresas e particulares, as regras vão mudar. A administração do banco passará a vistoriar a concessão de crédito e os gestores incumpridores serão responsabilizados. Quem o reafirmou é o CEO da instituição, Zinho Baptista, quando, há duas semanas, integrou a comitiva do BNA a França. Pág. 15



VICTOR HUGO, ECONOMISTA:

“Esta banca é praticamente um cartel”

ENTREVISTA: Frontal e directo, o economista Victor Hugo analisa a conjuntura económica e questiona várias metas oficiais fixadas para 2017, como o investimento público e a redução da inflação. Considera que a política fiscal contribuiu para a alta de preços e para a descapitalização do consumidor. Mas a banca também não ficou de parte: além de estar “mal estruturada e mal disciplinada”, o professor universitário vê a composição do sistema como se de um cartel se tratasse. Págs. 10 a 12



CRISE CAMBIAL

Exportadores deixam divisas no exterior

A entrada de divisas, por conta das exportações do sector privado, não está garantida. Observadores apontam que vários exportadores optam por deixar o dinheiro no exterior, para fazerem face às dificuldades de acesso às divisas a partir do BNA. Págs. 4 e 5

VALOR DO KWANZA, FACE AO DÓLAR, ESTÁVEL DESDE ABRIL

Taxa de câmbio inalterada há um ano

A última vez em que o Banco Nacional de Angola mexeu na taxa de câmbio foi em Abril de 2016, quando cada dólar passou a custar 166,707 kwanzas, contra os 161,468, em Março. De lá para cá, as oscilações não foram além de ínfimos centimos. Especialista diz que, em contrapartida, as reservas cambiais estão a ser ‘sacrificadas’. No informal, as oscilações são constantes. Pág. 14



Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 176,1 Kz (-0,2) ▼ LIBRA 206,5 Kz (-1) ▼ YUAN 24,2 Kz (+0) ▲ RAND 12,7 Kz (+0) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



ANSEIOS

A entrada do último mês do primeiro trimestre, ainda estamos em tempo de fazer contas sobre as perspectivas de 2017. Projeções, diga-se, que continuam sombreadas por uma nuvem gigante de incertezas. Mais na economia do que na política, apesar da incontável interdependência entre ambas. Em termos formais, as grandes ansiedades, na esfera política, estão refreadas. Porque, mais do que os resultados das eleições de Agosto, o esclarecimento preliminar do ano político passava pelo esclarecimento definitivo da posição de José Eduardo dos Santos. Feito o anúncio irrevogável da sua ausência nas eleições, o que resta é a gestão do processo de sucessão e de transição política que tem agora na passagem de pastas a João Lourenço o momento mais esperado.

Na economia, fazem-se, no entanto, outras contas, com outras dúvidas. Por um lado, o relativo optimismo, feito de uma dose de expectativas. A expectativa de que o petróleo mantenha a tendência que traz do ano passado de preços confortavelmente acima da referência fiscal inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE). A promessa de que a incursão do Banco Nacional

de Angola (BNA) pela Europa e pelos Estados Unidos devolva alguma confiança no regulador e no sistema financeiro angolano, permitindo a normalização da relação da banca com as instituições que ditam as regras universais. A previsão da concretização do investimento público, muito acima dos resultados do ano passado, à mercê da recuperação do petróleo e de uma disponibilidade maior dos empréstimos externos, como ficou provado com as últimas corridas à China do ministro das Finanças, onde reconfirmou mais sete mil milhões de dólares. Investimento público que é, nesta fase, indiscutivelmente crucial para a atracção do investimento privado local e estrangeiro, enquanto garante da construção e recuperação de infra-estruturas.

Por outro lado, o cepticismo alimentado por um sem-números de metas oficiais

potencialmente irrealistas. Frontal e cáustico, o economista Victor Hugo aponta algumas, com particular clareza, na entrevista que faz manchete esta semana. Dúvida do objectivo do Governo, quanto ao recuo da inflação para a casa dos 15%, depois de ter fechado o 2016 nos 40%. A justificação é o previsível impacto da esperada desvalorização do kwanza (que também questiona) nos preços e nos rendimentos. Questiona o compromisso do Governo com a realização da despesa pública, apesar da recuperação do petróleo. A explicação é o elevado 'stock' da dívida pública, acumulado especialmente nos últimos dois anos e que sujeita o Governo a pesadas despesas com o serviço da dívida. Critica práticas da banca nacional, que vê como um cartel e cuja actuação errónea condiciona, em grande medida, o reconhecimento do BNA, como um regulador idóneo. Atira-se contra a política fiscal, que se prevê venha a apertar a tributação do consumo, por considerá-la desproporcional à estrutura e à conjuntura económicas e aos rendimentos médios dos trabalhadores.

No fundo, entre os receios que fomentam o cepticismo e as expectativas que sustentam o optimismo resta a ausência de certezas que, só no fim de contas, serão apuradas.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Isabel Dinis, José Zangui, Martins Chambassuco, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Manuel Nunes Júnior
Economista

Que estratégias devem ser gizadas para diminuir a economia informal?

É necessário adoptar políticas que permitam transferir as pessoas do sector informal para o formal, porque a economia informal não leva ao crescimento sustentável. Não está regulado, não exige grandes níveis de instrução e não utiliza grandes tecnologias. O crescimento faz-se com altos níveis tecnológicos e o sector informal não está preparado.

Acha possível haver estatística oficial deste sector?

Em todos os países, é difícil ter dados estatísticos deste sector, porque não é regulado e não paga impostos. Mas, em Angola, segundo os dados do censo, 24% da população economicamente activa está desempregada e, para sobreviver, faz economia informal.

É possível reduzir o peso do sector informal na economia?

Com a criação de emprego nos sectores intensivos, como a agricultura, as pescas, as indústrias, pode reduzir-se o peso do informal e aumentar-se o formal, desde que as pessoas sejam bem remuneradas.

28 TERÇA-FEIRA

Um grupo privado, denominado CDF - Indústria de Transformação, vai investir mais de 8,7 milhões de dólares para instalar, em Luanda, uma fábrica com capacidade para produzir, anualmente, quase 5.000 toneladas de pão e pastelaria. O contrato prevê a criação de 121 postos de trabalho.

29 QUARTA-FEIRA

O Banco de Negócios Internacional (BNI) vai emprestar ao Estado oito mil milhões de kwanzas, conforme acordo de financiamento aprovado pelo Presidente da República. O acordo invoca a "necessidade de serem implementados projectos integrados no Programa de Investimentos Públicos.

30 QUINTA-FEIRA

Empresários polacos pretendem investir na agropecuária, tecnologia e na transformação económica do Huambo, devido aos solos aráveis e recursos hídricos que podem viabilizar parcerias, declarou o vice-presidente da câmara de comércio da Polónia, Witold Kaarzewski.



SEGUNDA-FEIRA

O Governo está a estudar a viabilidade da construção de uma refinaria no Soyo, Zaire, um projecto cuja primeira pedra foi lançada pela anterior administração da Sonangol, em 2015. Para o efeito, foi criada uma comissão multisectorial coordenada pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, e que integra o ministro dos Petróleos, a PCA da Sonangol, entre outros elementos.

O investimento directo estrangeiro, em Angola, caiu quase 10 mil milhões de euros de 2014 a 2015, fruto da crise provocada pela quebra nas receitas petrolíferas, segundo um relatório do Banco Nacional de Angola. O investimento directo líquido estrangeiro "foi deficitário".



A receita fiscal com a exportação petrolífera atingiu, em Janeiro, o valor mais alto em 16 meses, ultrapassando os 950 milhões de dólares, segundo dados do Ministério das Finanças. Angola exportou, em Janeiro, 52.250.079 barris de crude a 51 dólares.



Mais de dois milhões de kwanzas foram apreendidos pela Polícia Fiscal, na Santa Clara, Cunene, fruto de seis transgressões, segundo balanço da corporação. A apreensão resultou de operações no âmbito das medidas para evitar o transporte de avultadas somas para o exterior.



COTAÇÕES



CORRECÇÕES MISTAS

As principais praças bolsistas mundiais fecharam sem tendência definida e a corrigirem ganhos e perdas da sessão de quinta-feira. Nos EUA, a correcção colocou Wall Street no vermelho em expectativa do pronunciamento de Janet Yellen, chefe da reserva federal americana sobre uma provável subida da taxa de juro de referência que fez baixar o optimismo também na Ásia. A corrigir para uma valorização de 0,96% esteve o Bovespa brasileiro, avancado pelo Banco do Brasil que fechou com +2,98%.



PETRÓLEO GANHA TERRENO

O PSI 20 fechou a cair 1,02% pressionado pela EDP, que desvalorizou 3,7% com os retalhistas Jerónimo Martins e Sonae também a contribuírem para a queda com a perda de 0,45% e 1,29%, respectivamente. O petróleo fechou uma semana, também mista, no verde, depois de o maior produtor do mundo, a Arábia Saudita, anunciar mais cortes de produção do seu petróleo leve (cujo principal consumidor é a Ásia), permitindo uma recuperação de mais de 1% para os 55,87 dólares por barril (Brent).

Economia/Política

VALORES SÃO DESCONHECIDOS

Exportadores deixam divisas no estrangeiro

CRISE CAMBIAL. Banco Nacional de Angola procura mobilizar exportadores do sector privado para garantir a entrada de divisas no país. Os agentes económicos e os exportadores dizem que o Governo tem de criar mais facilidades, mas ninguém quantifica o volume de divisas que ficam no estrangeiro, como forma de contorno às dificuldades de acesso aos cambiais em Angola.

Por António Nogueira

Com o agravamento da conjuntura cambial, por força da redução das receitas em divisas, as autoridades lançaram um plano de combate à crise, que incluiu a promoção das exportações fora do sector petrolífero. O Governo justificou o plano com a necessidade de diversificação das fontes de divisas, desafiando directamente, entre outros, os operadores nas áreas das bebidas, diversos produtos agrícolas, madeira e rochas ornamentais.

O repto das autoridades aos exportadores e potenciais exportadores não foi acompanhando, no entanto, de forma imediata, da afinação de mecanismos legais que obrigassem a entrada de divisas no país, decorrente da exportação dos produtos nacionais. Consultas efectuadas pelo VALOR confirmaram dificuldades de várias instituições e agentes económicos em quantificar o volume de divisas que entra no país, como contrapartida das exportações no sector não-petrolífero, em geral, e no privado, em particular. Dados do Banco Nacional de Angola (BNA) indicam, por exemplo, que as expor-

tações do café, em 2015, se fixaram em 1,1 milhões de dólares em 2015, contra os 1,2 milhões de dólares em 2014, mas não é possível aferir se os valores entraram no país, em forma de divisas. O Instituto Nacional de Estatística (INE), por sua vez, reporta exportações não-petrolíferas, no terceiro trimestre de 2016, no valor de 84.443 milhões de kwanzas, mas, outra vez, sem garantias de que o total de divisas tenham entrado em Angola.

Dos bancos comerciais, as respostas indicam que não há “sinais consideráveis” de recepção de cambiais, por contas das exportações do sector privado. Fernando Teles, presidente do conselho de administração do Banco BIC, confirma que, na instituição que dirige, as moedas estrangeiras que entram para o país, via exportações não-petrolíferas, “têm ainda pouco significado”. “Não digo que não estão a fazer-se exportações, só que não têm ainda significado”, detalhou o banqueiro, sem citar números. Uma fonte ligada ao banco BAI discorreu pela mesma linha, afirmando que as divisas captadas pelas exportações não-petrolíferas são ainda “ínfimas”.

Agostinho Kapaia, que preside à Comunidade de Empresas Exportadoras e Internacionalizadas de Angola (CEEIA), usa a expressão “muito pouca” para referir-se às divi-



PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO						
Grupos de produtos	III Trimestre 2015	II Trimestre 2016	III Trimestre 2016	Taxa de Variação (%)	Taxa de Variação Homól. (%)	Estrutura (%)
Milhões de kwanzas						
Agrícolas	3 473	2 110	5 030	138,4	44,8	0,4
Alimentares	709	1 978	3 044	53,9	329,5	0,2
Combustíveis	999 762	1 124 796	1 327 510	18,0	32,8	94,0
Químicos	172	452	601	32,9	249,7	0,0
Plásticos	484	602	596	(0,9)	23,2	0,0
Peles e coros	12	14	14	0,6	15,8	0,0
Madeira	457	423	1 983	369,3	334,2	0,0
Papel	53	85	162	90,7	207,0	0,0
Têxteis	80	102	115	13,6	44,2	0,0
Vestuários	40	18	24	34,6	(40,0)	0,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

sas que entram no país pelas vendas ao exterior de produtos ‘made in Angola’. Segundo Kapaia, o assunto tem sido “motivo de preocupação” entre os membros da CEEIA, assegurado que a associação tem vindo a intensificar contactos com o BNA “para rever o actual quadro”, denunciando que “há muitas empresas que

usam as fronteiras para exportar produtos de forma ilegal”. “A CEEIA tem os seus membros controlados. Há todo um controlo que permite a entrada de divisas no país”, assegurou o gestor, sem avançar números. “Estamos a trabalhar para aumentar o número de membros, muitos dos quais se encontram, ainda hoje,

numa espécie de exportação de produtos pela via informal, o que reduz a entrada de cambiais no país”, observa.

Para o presidente da Associação das Indústrias de Bebidas de Angola (AIBA), Manuel Victoriano Sumbula, a exportação a nível das bebidas “ainda é muito tímida”, defendendo que o quadro resulta de constrangimen-



O SECRETÁRIO DE ESTADO para o Comércio Interno, Jaime Pedro Fortunato, constatou no Kwanza-Norte que o baixo grau de mecanização agrícola e a insuficiência de sementes estão entre os factores de estrangulamento da produção no campo.

1,1

Milhões de dólares é o valor das receitas provenientes das exportações de café, em 2015.

84

Mil milhões de kwanzas é o valor das exportações não petrolíferas reportadas pelo INE, até ao terceiro trimestre de 2016.

13

Mil toneladas é a quantidade de vidro exportada por uma empresa membro da AIBA, em 2012.

tos já identificados e que “precisam de ser confrontados de forma diferente”. Um membro da AIBA, ligado à produção de vasilhames (garrafas), que preferiu o anonimato, avança, no entanto, que a empresa que dirige tem exportado desde 2011, tendo atingido o seu auge em 2012, quando vendeu para o exterior 13.049 toneladas de vidro, no valor de 7.661.413 dólares “que entraram integralmente nos bancos angolanos”. Já, em 2016, segundo a mesma fonte, a empresa exportou 4.341.509 euros.

Manuel Sumbula insiste, no entanto, que há aspectos que condicionam o “normal funcionamento” do processo de exportações. “É preciso mais marketing sobre a qualidade de alguns produtos ‘made in Angola’, para que haja uma maior aceitação nos mercados alvo”, considerou, reforçando que a AIPA está a elaborar um documento, que deverá ser entregue ao Governo, “com propostas concretas para se produzir e exportar mais e assim captar mais

divisas para o país”. “Há uma preocupação no seio dos associados para que o sistema oficial de exportação de produtos seja reforçado com outras medidas de protecção ao empresário, porque há ainda problemas com o custo de alguns serviços que tornam oneroso o processo de exportação”, apontou.

Em recente entrevista à imprensa, o vice-governador do BNA, Manuel Tiago Dias, reconheceu existir uma grande necessidade de promover as exportações e torná-las uma fonte de receita alternativa aos sectores petrolíferos e diamantíferos.

“O Banco Nacional de Angola está a realizar um ciclo de seminários destinado aos exportadores de todo o país, visando disseminar as suas perspectivas de controlo das receitas e obter assim subsídios que possam contribuir para o enriquecimento da regulamentação que se pretende”, realçou, referindo-se ao recente aviso do BNA que institui o termo de compromisso de intermediação bancária para o recebimento da moeda estrangeira resultante da exportação de mercadorias.

Observadores ouvidos pelo VALOR admitem que a preocupação do BNA em fiscalizar a entrada de dividas, por conta das exportações, poderá gerar “resultados positivos”, lembrando que hoje vários exportadores optam por deixar as divisas no exterior, face à crise cambial no país. “É muito difícil as empresas o admitirem, mas hoje os que conseguem exportar alguma coisa preferem deixar as divisas fora, porque não têm garantias de acesso fácil aos valores, caso entrem no país”, analisa um economista, ligado à banca, que preferiu não ser identificado. “É preciso que o BNA dê garantias de que quem traz divisas para o país poderá ter acesso aos valores sem grandes constrangimentos, de outro modo não só será difícil mobilizar os exportadores, como será injusto para eles”, insiste, apontando a exportação de rochas ornamentais e de madeira, como duas das áreas “com histórico de exportação e que estão a ser usadas, sobretudo, para interesses externos”. “Sabe-se, por exemplo, que muitos estrangeiros estão a tomar de assalto a exportação do granito e do mármore para deixarem as divisas lá fora e compensarem as dificuldades de transferências que afectam as suas actividades principais”, alerta, dirigindo-se ao BNA no sentido de garantir uma “fiscalização mais efectiva”.

INVESTIMENTOS NÃO CONCRETIZADOS

Urbanismo e Habitação não recebeu investimento privado em 2016

As intensões de investimento acima dos cinco mil milhões de dólares não passaram de promessas, os promotores não foram capazes de comprovar a capacidade financeira para executar projectos, revelou uma fonte.

O Ministério do Urbanismo e Habitação não recebeu nenhum investimento privado no ano de 2016, embora tenham surgido muitas intenções, revelou uma fonte afecta à instituição, durante a conferência sobre modelos de financiamento, enquadrada nas reflexões sobre o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação num contexto macroeconómico adverso. O Ministério do Urbanismo tem recebido várias pessoas desde nacionais e estrangeiros que manifestam a intenção de investir no sector e inclusive apresentam cartas de conforto da parte de financiadores, “mas pecam no cumprimento dos pressupostos exigidos sobretudo na prova financeira”.

Muitas vezes não se chega a resoluções sobre as responsabilidades financeiras dos promotores dos investimentos, são exemplos “o projecto do grupo Ribeirinhos e da Fortuna, processos que estavam bem encaminhado por parte do Executivo, com despacho por parte da Presidência da República que oferecia garantia soberana” e que, não obstante, acabaram por emperar. “O dinheiro que iria financiar a construção de milhares de casas não chegou ao país, dependiam de financiamento externos. Por exemplo a Ribeirinhos tinha um projecto acima dos 5 mil milhões de dólares, enquanto a Fortuna possuía intenções de negócio imobiliário que rondava os dois mil milhões de dólares”, explicou a fonte. Em Maio de 2016, altura da assinatura de contratos promessa, o representante das organizações Ribeirinho Hernane José Ribeiro, explicava que o projecto teria duração de 15 anos e as primeiras casas começariam a ser construídas dentro de



Mário Mujica © AE

pouco tempo. O dinheiro investido no projecto estimado em 5 mil milhões seria de capital estrangeiro que viria para ajudar à construção de projecto habitacionais nas províncias de Luanda, Bengo, Zaire, Malange, Kwanza Sul, Lunda Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Benguela.

A carência de investimento e de recursos financeiros impede a conclusão de milhares de casas em todo o país que fazem parte do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. Fonte do Valor revela que “existem 40 mil casas para serem colocadas no mercado, que não são, por falta de infraestruturas, ligadas às redes técnicas, água, energia eléctrica, arruamentos, rede de esgotos.

Até Dezembro de 2016, o balanço do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação apontava para a construção de 213.863 Casas, enquadradas nos vários projectos de responsabilidade da Imogestim, 200 fogos por muni-

cípios, Kora Angola, a 2ª fase do projecto Nova Vida, cooperativas e projectos de alguns ministérios, sendo que a meta que se propõem atingir no conjunto é a de construção de um milhão de fogos habitacionais.

Nesta conferência a ministra do Urbanismo Branca do Espírito Santo apelou aos agentes económicos para procurarem fontes opcionais e inovadoras de financiamento, atendendo às limitações que derivam da necessidade de sustentabilidade da dívida pública, estabilidade do sistema bancário e prevenção do risco sistémico.

Para a ministra, num contexto macroeconómico adverso, a forma de financiamento de projectos futuros, o papel do Estado no sector privado e dos diferentes segmentos do sistema financeiro, o papel da banca e do mercado de capitais, têm que ser repensados.

Por Valdimiro Dias

Economia/Política

COM O PAÍS A FALHAR METAS DE PRODUÇÃO

FAO quer apoiar indústria salineira com 300 milhões USD

FINANCIAMENTO. Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) vai disponibilizar, este ano, uma linha de financiamento para o apoio à indústria salineira, estando a decorrer, neste momento, as discussões sobre os moldes da parceria com o Ministério das Pescas.



Angola precisa de 250 mil toneladas de sal iodizado, por ano.

93

Mil toneladas, quantidades de sal produzidas em 2016

250

Mil toneladas, necessidade de sal do país

9

Unidades de produção de sal registadas pelo Ministério das Pescas

Por José Zangui

Segundo a fonte do VALOR, para além do aumento da produção interna para o mercado nacional, o objectivo é a exportação do excedente.

Dados oficiais indicam que Angola consome anualmente cerca de 250 mil toneladas de sal, sendo que, em 2016, a produção se cifrou em 93 mil toneladas que obrigam à importação de 157 mil toneladas.

Segundo a directora do gabinete de investimento e estatística do Ministério das Pescas, Júlia Ferreira, as quantidades previstas no PND 2013/ 2017, uma média anual de 120 mil toneladas, nunca foram alcançadas. “Basta olhar para as previsões do PND. Nem em 2015, ano em que se atingiu uma produção de 42 mil toneladas, nem em 2016 as projecções foram alcançadas”, enfatizou.

A ministra das Pescas, Vitória de

MEMORIZAR

● O país, na época colonial, detinha 21 unidades de produção de sal, existindo actualmente apenas nove, nas províncias de Benguela, Namibe e Bengo. Na década de 1980, a produção de sal atingiu, em média, 66 mil toneladas anuais.

Barros Neto, no ano passado, durante o conselho consultivo daquele sector, justificou a fraca produção com a ausência de financiamento para a renovação de equipamentos, que responsabilizou pela “completa paralisação da maioria das unidades e o consequente recurso à importação de sal”.

Ainda assim, a ministra mostrou-se optimista com os investimentos

realizados por algumas empresas, sobretudo em Benguela e no Namibe que expandiram as áreas de produção com a introdução de tecnologias mais modernas que permitem passar de uma produção artesanal para a industrial.

Das 93 mil toneladas produzidas em 2016, Benguela representou 70%, seguida pelas províncias de Namibe, Bengo, Kwanza-Sul, Zaire e Luanda, segundo os dados oficiais.

Cálculos do Ministério das Pescas estimam que Angola precisa de 250 mil toneladas, por ano, de sal iodizado para se tornar auto-suficiente, considerando que a população angolana é superior a 24 milhões de habitantes, prevê-se que 200 mil toneladas sejam para o consumo humano, animal e industrial e 50 mil toneladas para exportação.

O plano de desenvolvimento do sector das pescas tem como principais objectivos a reforma no ramo das salinas, o aumento da competitividade, a criação de condições para galvanizar mais postos de trabalhos e tornar o sal num dos produtos de exportação do país.

As relações FAO/ Ministério das Pescas são estreitas. Em 2015, a Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação disponibilizou 390 mil dólares, no apoio à construção de um centro de processamento e captura de pescado no Kwanza-Norte.

O

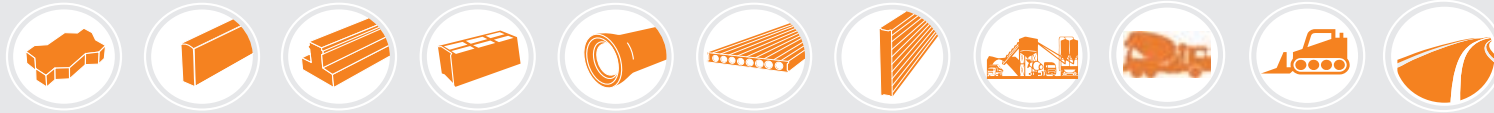
Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) vai disponibilizar, este ano,

uma linha de crédito para a produção salineira, em Angola, no valor de 300 milhões de dólares, avançou fonte daquela instituição ao VALOR. A directora do gabinete de investimento e estatística, do Ministério das Pescas, Júlia Ferreira, no entanto, afirma desconhecer o assunto.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



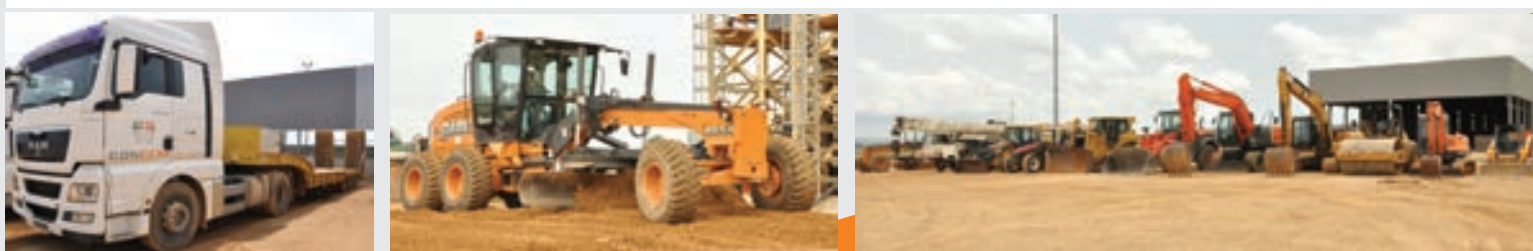
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco – Luanda

Escritório: (+244) 928 981 644

comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Economia/Política

PCA DO ISEP, HENDA INGLÊS ASSEGURA

“Processo de extinção de empresas públicas está em curso”

EMPRESAS PÚBLICAS. Continua o processo de extinção e liquidação das empresas públicas paralisadas e semi-paralisadas anunciadas em 2013, cujo fim do processo está previsto para este ano, de acordo com um documento do Ministério da Economia.

Por José Zangui

Em fase de extinção e liquidação de activos (pagamento de dívidas com credores) das 33 empresas do Estado (EP), Henda Inglês, presidente do conselho de administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP) assegurou, em declarações ao VALOR, que o processo está em curso. O passo seguinte poderá ser a privatização, no entanto, as EP que são de interesse público receberão financiamento do Estado.

Da lista do Ministério da Economia, constam a Bricomil, detida pela Sonangol e pelos bancos BPC, BCI, pelo Instituto Empresarial Público



Henda Inglês,
PCA do ISEP

e a ENCEL, do ramo da construção civil. A Textang I, indústria têxtil, a Panga-Panga, da indústria madeireira, a Refrinor, do ramo de refrigeração, entre outras.

Depois da extinção e liquidação de activos, as empresas podem surgir com outras denominações

e outros padrões, como foi o caso da SATEC do ramo têxtil, que se rebaptizou ‘Mahina Yetu’.

O sector mineiro fica de fora destas privatizações devido à necessidade de o Estado suportar os investimentos iniciais para projectos de extracção em larga escala.

300

Mil antigos trabalhadores de empresas em extinção poderão ser descartados.

O FMI, em muitas ocasiões, recomendou que o Estado angolano “se livre do excessivo peso” das empresas, passando responsabilidades ao sector privado que “deve ser o motor da economia”.

Henda Inglês não avançou custos referentes à liquidação de activos das mais de 30 empresas.

Com a extinção destas empresas e sua posterior passagem aos privados, pretende-se a criação de 300 mil empregos. Segundo um documento em posse do VALOR, no entanto, os antigos trabalhadores, que se estimam em menos de 300 mil, poderão ser descartados.

Administrações municipais ficam com as receitas locais

A partir deste mês, as administrações municipais de Luanda passam a gerir directamente as receitas locais, que antes eram canalizadas na Conta Única do Tesouro, segundo decisão do Ministério das Finanças.

A decisão resulta das preocupações levantadas pelos governadores e administradores que querem resolver os problemas locais, “sem constrangimentos”.

Em Novembro, governadores provinciais defenderam, no IV

Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, o retorno atempado das receitas dos municípios que são depositadas na Conta Única do Tesouro para o financiamento de projectos locais. Mas também pediram que fossem as administrações a gerir as receitas locais para facilitar os processos locais.

O Governador da Huíla, Marcelino Tiypinge criticou, na altura, o modelo actual praticado pela Administração Geral Tributá-

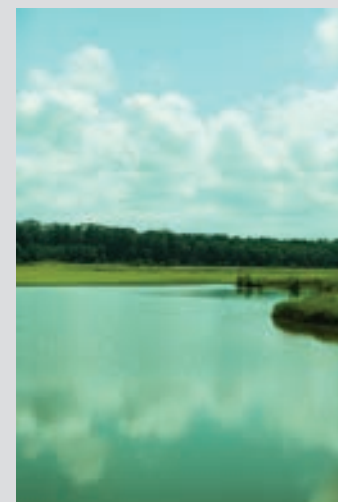


Mário Mujites © VE

ria (AGT) que obriga o depósito na Conta Única do Tesouro das receitas arrecadadas pelos municípios que, segundo ele, deixa os administradores ‘impotentes’ de resolver problemas e não ajuda no

desenvolvimento local

No ano passado, até Setembro, as receitas locais contribuíram com 400 mil milhões de kwanzas aos cofres do Estado, de acordo com dados da AGT.



PARA INCENTIVAR EMPRESÁRIOS

Governo quer fomentar ecoturismo

Angola vai fomentar o Ecoturismo nas áreas de conservação, sector que vai ser regulamentado com nova legislação em preparação pelo Governo, para permitir a actividade privada.

Os pressupostos da exploração do Ecoturismo constam de um despacho conjunto que será rubricado pelos ministros do Ambiente e da Hotelaria e Turismo, declarou à imprensa, o director do gabinete jurídico do Ministério do Ambiente, Miranda Kiala.

“São diplomas que vão surgir no sentido de se concederem espaços para que investidores possam construir os seus empreendimentos e infra-estruturas, daí que tivemos de trabalhar juntos com o Ministério da Hotelaria e do Turismo”, precisou o responsável.

Angola conta com um total de 19 áreas de conservação entre parques nacionais, reservas naturais e um parque regional.

Miranda Kiala explicou que está em análise, ao nível do Ministério do Ambiente, um projecto de decreto presidencial que visa estabelecer o regime jurídico dos parques, a ser remetido, em breve, ao executivo para a apreciação.

“O que acontece é que temos fiscais e pessoas a trabalharem nos parques, mas temos dificuldades de pagar a essas pessoas. Vamos procurar um quadro orgânico desses parques, que irá estabelecer o quadro jurídico”.

MINISTRO DO COMÉRCIO, Fiel Domingos Constantino, lembrou ao novo conselho de administração da Agência para a Promoção do Investimento e Exportações de Angola (APIEX) que a diversificação de fontes de divisas para o país e a promoção das exportações devem estar no foco da instituição.



EMPRESÁRIOS EGÍPCIOS manifestaram, na quarta-feira, no Cairo, interesse em investir no mercado angolano, nas áreas da agricultura, indústria, construção, cerâmica, petroquímicos, entre outras.



DESTAQUE PARA ACTIVIDADES LIGADAS À INDÚSTRIA QUÍMICA

Presidente proíbe mais de 20 trabalhos às mulheres

PROFISSÕES. Lista aprovada no mês passado pelo PR envolve trabalhos como o fabrico de insecticidas, acrílicos, produção de gás de iluminação, fabrico de detergentes, entre outros.

Por Isabel Dinis

Angola não está sozinha na proibição de trabalhos as mulheres

Um relatório do Banco Mundial lançado há dois anos, que analisou as condições de trabalho e as leis de trabalho no mundo, descobriu que existem diversas profissões um pouco por todo o planeta, que são proibidas às mulheres.

Em países como o Paquistão, Butão, Congo e Suriname, as mulheres casadas possuem limitações para registar um negócio, o que resulta em limites às suas carreiras profissionais.

Na Rússia, uma das maiores economias do mundo, as mulheres são proibidas, por lei, de exercerem 456 profissões. Não pode

conduzir caminhões de agricultura nem controlar a velocidade de vagões de comboios. Na França, também há restrições de trabalho. As mulheres são proibidas de realizar trabalhos que obriguem carregar pesos acima de 25kg e 45kg, se for com carrinho de mão. No Dubai, um país em franco crescimento nas últimas décadas, as mulheres não podem ser empregadas de mesa em restaurantes. Na ilha africana de Madagáscar, as mulheres são proibidas de manipular literatura, desenhos, pôsteres, emblemas, imagens e outros objectos considerados imorais nesse país.

As mulheres que frequentem cursos de formação profissional podem ter acesso às actividades laborais proibidas, num período não superior a três meses, desde que a entidade empregadora solicite uma autorização à Inspecção Geral do Trabalho. O documento determina que a Inspecção Geral do Trabalho, para efeito de autorização, constate a existência de condições técnicas de prevenção contra potenciais riscos que possam afectar a função genética da mulher, bem como solicitar, sempre que necessário, o parecer das entidades competentes do Serviço Nacional da Saúde.

A nova Lei Geral do Trabalho, assim como a anterior, já prevê determinados trabalhos a que as mulheres estão proibidas e condicionadas de realizar em Angola. O novo documento, de Junho de 2015, determina que é proibida a ocupação de mulheres em trabalhos insalubres, perigosos, em subterrâneos e minas. A proibição pode ser suspensa mediante comprovativo de que os locais de trabalho

Menores proibidos de exercer profissões de risco

O Presidente da República assinou num outro decreto, com data de 22 de Fevereiro, uma lista de trabalhos também proibidos a menores. A lista é composta por 57 trabalhos considerados susceptíveis de prejudicar “a saúde e o desenvolvimento físico e mental”. Os menores poderão apenas ser admitidos para a prestação de trabalhos que não envolvam grande esforço físico e que lhes permitam condições de aprendizagem e de formação.

Os trabalhos proibidos vão desde o fabrico e manipulação de ácido clorídrico, ácido sulfúrico, preparação de asfaltos, branqueamento de seda, lã, linho, algodão, preparação de carne salgada, trabalhos em matadouros de animais, moínhos de casca, limpezas de tapetes entre outros.

estão dotados de equipamentos adequados e eficazes de eliminação dos riscos para a função genética feminina.

A lei Geral do trabalho determina que a lista aprovada pelo Presidente da República pode ser revista periodicamente em função da evolução dos conhecimentos científicos e técnicos.

Presidente da República aprovou a nova lista de trabalhos proibidos e condicionados às mulheres angolanas desde o dia 22 de Fevereiro, revogando um decreto conjunto dos Ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e da Saúde, de Dezembro de 2010.

A lista é composta por mais de 20 actividades específicas, sobretudo na indústria química. O documento presidencial justifica a aprovação dos trabalhos proibidos e condicionados às

mulheres com os riscos efectivos ou potenciais à função genética.

A lista de trabalhos vai desde as actividades que têm que ver com os afazeres de soldadura, utilização de

lâmpadas de radiações ultravioletas, fabrico de insecticidas, de derivados acrílicos, produção de gás de iluminação, fabrico de detergentes, entre outros.

LISTA DE TRABALHOS PROIBIDOS E CONDICIONADAS AS MULHERES



Trabalhos que se obtêm ou se utiliza o ácido cianídrico

- Fabrico de insecticidas
- Fabrico de lentes de óculos, lanternas automotivas, para-brisas.

Trabalhos em que se obtém ou se utiliza o sulfureto de carbono

- Dissolução de borrachas e resinas

Trabalhos em que se obtém ou se utiliza o benzeno (matéria prima básica usada na produção de compostos orgânicos como fenol, plásticos, gasolina, borracha sintética e tintas).

- Preparação e manipulação de explosivos e materiais pirotécnicos
- Fabrico e utilização de fertilizantes e insecticidas de resinas sintéticas

Trabalhos em que se utilizam os glicóis

- Fabrico de sistemas hidráulicos e líquidos de travões
- Fabrico de confecção de películas de filmes e manufatura de bolas de ténis de mesa

Trabalho em que se obtém ou se utiliza o fosfato

- Fabrico de detergentes
- Emulsificação do queijo
- Indústria fotográfica

Trabalhos que exponham a emissão de óxido de carbono

- Produção de gás de iluminação
- Forno, forjas e fornos industriais
- Aparelhos de aquecimento com ignição

Todos os trabalhos que exponham a acção das radiações ionizantes

- Fabrico de aparelhos produtores de radiações ionizantes como o bodyscanner e dosímetro
- Trabalhos de soldadura, utilização de lâmpadas de radiações ultravioletas
- Preparação e emprego de produtos químicos e farmacêuticos radioactivos
- Extração e tratamento de minerais radioactivos
- Produção e emprego de substâncias radioactivas



Entrevista

VICTOR HUGO, ECONOMISTA

“Não vejo condições para o controlo da inflação este ano”

Economista e professor universitário duvida da capacidade do Governo de fazer recuar a inflação para os 15% e questiona a possibilidade de desvalorização do kwanza este ano, lembrando os “efeitos negativos” sobre os rendimentos e capacidade de compra. Entre outras ideias, Victor Hugo critica ainda a política fiscal que descapitaliza o consumidor.



Mário Mujitas © VE

Por António Nogueira

Uma das metas assumidas este ano pelo Governo é baixar a taxa de inflação dos 40,39% para os 15%. É uma meta realista?

Não vai ser possível. Não vejo condições para que o Governo consiga controlar a inflação este ano, quando levamos em consideração factores políticos, concretamente as eleições que esperamos. Será um ano com despesa considerável e, provavelmente, em que poderemos assistir a uma desvalorização do kwanza. Estes dois elementos poderão constituir-se nos grandes obstáculos para

que o Governo materialize a meta que projectou para este ano.

Pelo que observa, a desvalorização do kwanza este ano é inevitável. Mas é recomendável?

O Governo tem metas, planos e objectivos. O Governo acredita que, desvalorizando o kwanza, poderá tornar o sector produtivo mais eficiente, mas é uma medida um pouco difícil de se alcançar, porque toda e qualquer desvalorização cria consigo efeitos negativos. Para a nossa realidade, tendo em atenção que o poder aquisitivo dos consumidores vai diminuindo, uma desvalorização que não seja acompanhada com o reajuste dos salários ou com políticas concretas para estimular o crescimento da economia poderá trazer consequências muito duras para a população. É isso que o Governo deve acautelar

e não se precipitar em tomar medidas muito drásticas, como é o caso da desvalorização.

Ou seja, a desvalorização não seria uma medida acertada.

Se o Governo achar que deve fazer, vai fazê-lo. E, se assim for, esperemos que venha a ter sucessos naquilo que deseja fazer. Mas, no meu ponto de vista, não era o momento adequado para se fazer a desvalorização do kwanza.

E como olha para os objectivos orçamentais, quanto ao investimento público?

Se olharmos para o Orçamento programado para este ano, embora haja uma verba específica para esta área, percebe-se que o Governo não terá capacidade suficiente para fazer investimento público, comparado com os

dois ou três anos atrás. Não será possível, porque a economia vai passar por uma situação um pouco difícil. É verdade que começa a recuperar o preço do petróleo, mas a dívida acumulada é muito grande. E uma das maiores preocupações do Governo, este ano, será cumprir com esta responsabilidade, que é a diminuição da dívida. Numa economia praticamente estagnada, com um sector produtivo que não se faz sentir, não vejo onde o Governo vai tributar para ter recursos suficientes e investir nos sectores que pretende. Portanto, é uma possibilidade, mas, analisando realisticamente, não vejo isso a materializar-se.

Mas, em relação à tributação, o panorama fiscal sugere que há um potencial grande a explorar a este nível, nomeadamente com a possibilidade de introdução de novos impostos e

de alargamento da base tributária.

A política fiscal é um instrumento que se utiliza para corrigir algumas anomalias, quando as importações perigam o crescimento da indústria nacional. Aquilo a que estamos a assistir em Angola, em termos de política fiscal, é meramente um instrumento extractivo. Quer dizer que é uma incidência muito elevada sobre os produtos importados para o Estado ter dinheiro. Quando a tributação for maior, os preços desses produtos tributados, no mercado nacional, tornam-se também maiores, o que, de uma forma directa, contribui para a inflação. Quer dizer que temos uma política fiscal que, de um modo geral, é também um meio contribuinte da inflação em Angola. É muito bom falarmos na reforma fiscal que, a meu ver, é válida. Agora, conforme está a ser conduzida a actual política

“É importante termos uma ENDE estagnada como está? Penso que não! Então, convidemos os privados. Não vamos retirar na totalidade. Podemos deixar o privado com 60% e o Estado com 40%.”

fiscal, acredito que vai criar problemas mais severos para a economia nacional. Porque se está praticamente a descapitalizar o consumidor. Tecnicamente, não é a política fiscal que vai resolver o problema de Angola.

Qual é então a solução para o aumento do nível de arrecadação de receitas, de forma sustentada?

Angola precisa de fazer reestruturacões profundas que passam exactamente pela reducao do tamanho do Governo. O aparelho do Estado tem de se tornar mais eficiente e o mais pequeno possível. Se começássemos a reduzir a despesa nesse lado, o Estado teria um encaixe adicional para os sectores em que quer investir. Por outro lado, há sectores da economia em que não se percebe por que ainda se faz sentir a presença do Estado. O sector da energia, por exemplo, está muito deficitário. Não se percebe por que não se liberaliza este sector e não se convidam empresas, com ‘know-how’ suficiente, para melhorá-lo.

O mesmo acontece com o sector das águas e das telecomunicações. Quer dizer, temos sectores que poderiam, hoje, poupar recursos do Estado e aumentar receitas para o próprio Estado, em forma de tributação. É aí onde deveria incidir a política fiscal. Temos uma economia a crescer de forma sedentária com conceitos ou estrutura oligopolista, o que é muito prejudicial para a dinâmica da própria sociedade. A política tributária deveria fazer-se sentir num processo em que a privatização se faz sentir também. Aquelas empresas públicas que, noutrora, consumiam recursos, passariam a produzir recursos para os consumidores ao mesmo tempo que produziriam, de forma directa e indirecta, receitas para o Estado. É a partir daí onde deveríamos começar a falar numa reforma fiscal para actuar na economia.

Ainda sobre os impostos. É contra ou favor da implementação do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) na economia nacional?

Angola não tem condições para implementar o IVA. Há uma má interpretação do que é o IVA. O IVA é um outro valor acrescentando ao produto que compramos. Imaginemos um cidadão com valor aquisitivo zero e você traz o IVA para cima dele. O que estaria a fazer senão a matá-lo? Vamos esperar que essa crise passe e que o poder aquisitivo se vá restituindo. Vamos esperar que os salá-

Numa economia praticamente estagnada, com um sector produtivo que não se faz sentir, não vejo onde o Governo vai tributar para ter recursos suficientes e investir nos sectores que pretende.

Imaginemos um cidadão com valor aquisitivo zero e você traz o IVA para cima dele. O que estaria a fazer senão a matá-lo? Vamos esperar que essa crise passe e que o poder aquisitivo se vá restituindo.

rios consigam corresponder ao custo de vida para, só depois, implementar o IVA. Nesta hora, quando se fala em IVA, está em causa meramente uma política extractiva. Ele (o IVA) vai ‘espremer’ o dinheiro do povo, vai descapitalizar o povo e tornar a economia ainda mais difícil porque as pessoas não terão dinheiro. Portanto, para mim não era o momento adequado para a sua implementação. O IVA é um valor acrescentado, que é bom para o Estado, mas só quando o rendimento do cidadão for capaz de sustentar o custo de vida e ter uma poupança mínima.

E quanto à efectivação das cobranças de outros impostos, como o predial urbano (IPU)?

A nossa base tributária é muito pequena para que esses impostos tenham um papel grande na economia. Devíamos dilatar a base tributária através de investimentos. É isso

que o Governo deveria fazer mais, ou seja, investir mais no sector produtivo para que a base tributária seja grande e, assim, conseguir alargá-la. Não se pode tributar uma coisa pequena. Então é preciso esperar que haja investimento elevado no sector produtivo para que depois, progressivamente, seja aumentando a base tributária. E isso é o que não está a ser feito.

É contra os impostos?

É claro que se tem de pagar impostos, mas onde é que vão sair os dinheiros para se pagarem os impostos? Uma medida dessa natureza força as empresas a pagar, levando a que muitas delas fiquem descapitalizadas ou vão à falência. Ou seja, de um lado, faz-se a captação de dinheiro através dos impostos e, do outro, vão falindo empresas. E assim, vão falindo também os consumidores, porque as pessoas perdem o emprego. São políticas que podem criar situações positivas para a economia, quando houver condições e que podem criar perigo para a economia quando as condições na economia são péssimas. E, nessa altura, falar muito em impostos é um perigo para a nossa economia.

Voltando ao investimento público, não acha que a presença de um sector privado forte na economia depende também de um maior investimento a nível das infra-estruturas, ou seja, do investimento público?

As pessoas que hoje desempenham a função de nossos líderes é que devem ter mais capacidade de observar o que é mais importante para a Nação nesta hora. É importante termos uma ENDE estagnada como está? Penso que não! Então, convidemos os privados. Não vamos retirar na totalidade. Podemos deixar o privado com 60% e o Estado com 40%. Assim haverá mais capital privado misto e menos recurso à despesa pública, no seu todo. O Estado retirava-se paulatinamente e tornava-se o regulador. Essa experiência já existe em muitos países do mundo e o que se vê é que é muito benéfica. Nos países ricos, o Estado hoje praticamente não existe nesses sectores. E estes Estados são eficientes mesmo assim. Por isso, temos de estabelecer prioridades. Adoptar uma política dessa natureza estaríamos a poupar recursos para investir nos sectores da saúde e educação, sectores primordiais, e o Estado assumiria

CONTINUA NA PÁG. 12



Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 11

a sua responsabilidade. É uma questão de analisarmos a relação entre o custo e a realidade. É nisso que nós, em África, ainda continuamos estagnados. África tem de mudar de comportamento, porque, se as outras economias saíram desse processo e estão onde estão, também podemos sair e seguir o mesmo caminho. Este é o erro que continua a predominar em África.

Mas o investimento em infra-estruturas, na sua opinião, deve ou não ser privilegiado?

Isto é uma questão 'sine qua non' que deveria ser assegurada antes. Passámos por fases designadas de 'gold age', onde tínhamos recursos para fazer este investimento e não fizemos. Agora vai ser-nos muito duro fazer as infra-estruturas, porque não temos dinheiro e a nossa dívida vai crescendo. Quem vai aos EUA, à Inglaterra ou à China facilmente repara que a portagem é um processo importante para a recuperação do investimento que se faz nas infra-estruturas. Mas quem sai de Luanda a Malanje não vê nenhuma portagem. Não porque, quando até temos um fluxo de transporte diário a nível das estradas? Estas receitas das portagens seriam uma mais-valia para a recuperação das próprias vias. O Estado, por si só, não terá recursos para construir as estradas, se estiver somente à espera que os próprios utentes da via paguem para a sua manutenção. Devemos direccionar as políticas para aí, no sentido de que o Estado participa e o concidadão também.

Fala numa dívida grande, mas o Governo continua a defender que a dívida pública é sustentável. Em termos referenciais definiu-se o limite dos 60% do PIB e, este ano, deve consumir, em termos de serviço da dívida, 32% do OGE. São números preocupantes?

Estamos a falar em números não realistas. O nosso maior medo é sobre se esta dívida é ainda maior do que se diz. Mas este valor já é muito elevado, porque, quanto maior for a dívida pública, maior será o custo do reembolso. Esperemos que seja mesmo este o valor porque, se for maior, teremos problemas de captar financiamento lá fora. Aqui só há duas hipóteses. Uma é ser transparente, dizendo que se precisa de uma assistência de grande dimensão,



A banca angolana está mal estruturada e mal disciplinada. Esta banca é praticamente um cartel. São as mesmas pessoas que têm acções em vários bancos. Estas pessoas não concorrem.

porque o 'meu estado de saúde real' é este. A outra é esconder o 'nosso caso de saúde' e começar a dar a impressão de que estamos saudáveis. Vamos fazer um levantamento exacto sobre qual o valor da nossa dívida pública. E, se concluirmos que, com o valor encontrado, não conseguimos avançar, então vamos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para termos um programa mais abrangente, de modo a salvarmos a nossa economia. Se continuarmos a omitir informação, estaremos a perigar a recuperação e o crescimento do país.

O Governo projectou, ainda assim, um crescimento da economia na

PERFIL

Victor Hugo de Moraes é doutorado em Economia, pela universidade de Londres, desde 2008. É docente universitário, desde o ano de 2003, estando actualmente a leccionar as cadeiras de Economia e Finanças Públicas na faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. Tem várias entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas, em Angola e no estrangeiro, nomeadamente em Portugal.

ordem dos 1,2% para este ano...

Fala-se no crescimento a este nível, é muito bom. Vamos esperar que a recuperação do preço do petróleo possa contribuir para isso. Entretanto, temos um crescimento muito desequilibrado que não é capaz de corresponder à expectativa da população. Porque não vai ser um crescimento no sector produtivo. É mais uma recuperação a nível dos petróleos, que é o sector extractivo. Só vamos começar a ver uma Angola estável, se o preço do petróleo se mantiver entre os 55 e 60 dólares, nos próximos quatro anos. Aí vamos ver uma retoma saudável da economia. Para este ano, seria muito milagre dizer que a recu-

peração económica vai criar um bem-estar. Não é possível!

O empresariado continua a reclamar sobre os níveis de financiamento dirigidos à classe, que consideram ínfimos. Como avalia, em particular, o papel da banca na economia?

A banca angolana está mal estruturada e mal disciplinada. Esta banca é praticamente um cartel. São as mesmas pessoas que têm acções em vários bancos. Estas pessoas não concorrem. Fazem políticas para favorecer os seus interesses. Os relatórios dizem que a banca está a crescer e, de facto, está. Dizem também os relatórios que os bancos estão a fazer lucros, também é verdade. Mas agora, qual é o benefício para a economia? Zero, porque, mesmo dando crédito, a banca se retraiu. Alega que tem medo, mas continua a captar poupanças. Portanto, é preciso que haja um diploma anti-monopolista para se quebrar o vício que está na banca. Nesse processo, embora se fale de vários bancos, a verdade é que não há concorrência entre os bancos. E mesmo a taxa de juro cobrada, para quem quer tomar investimento, é muito elevada. É verdade que também a banca não pode ser muito responsabilizada, mas é preciso que haja alguém com coragem para disciplinar isso.

O Banco Nacional de Angola (BNA) não tem feito este papel?

Alguns discursos do governador têm dado a indicação de que o BNA é uma instituição que ainda não está capacitada para corrigir esta anomalia. Alguma reforma está a ser feita, mas o BNA precisa de pessoas competentes para fazer face a isso. A preocupação do BNA era fazer uma 'luta' enorme para que a sua política monetária pudesse vir a ter um controlo sobre a inflação e a estabilidade cambial.

Depois disso, o BNA poderá, sim senhor, ter uma intervenção directa na banca comercial. Se o BNA não conseguir tomar medidas que venham a criar uma estabilidade cambial e o controlo da inflação, será meramente um instrumento de emitir dinheiro, receber poupanças e criar leis para as pessoas cumprirem. O que se pede, mais uma vez, é que o BNA passe por uma reforma grande. Ou seja, tem de se perceber exactamente o que é o BNA, como está estruturado. O BNA não está a dar a confiança de que se trata de uma instituição com capacidade ou poder de fazer uma intervenção directa com os bancos comerciais. É verdade que ultimamente algumas normas se fazem cumprir, mas ainda há muita coisa que passa.

AS HISTÓRIAS
MAIS APAIXONANTES,
TODOS OS DIAS
SÓ NA ZAP NOVELAS!

Zap NOVELAS

Canal 70



CHEGOU O AMOR

SEGUNDA A SEXTA

16H00



GUERRA DAS ROSAS

SEGUNDA A SEXTA

20H00



TRÊS VEZES ANA

SEGUNDA A SEXTA

21H00

O MELHOR QUE HÁ É NA ZAP QUE DÁ.



LIGUE
935 555 500

apoio.cliente@zap.co.ao

Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos



Mercado & Finanças

ÚLTIMA ALTERAÇÃO FOI EM ABRIL DE 2016

Banco central não desvaloriza o kwanza há quase um ano

CÂMBIO. Há quase um ano que banco central não altera preço do kwanza, face ao dólar. Um dólar custa hoje 166,7 kwanzas, o mesmo preço desde Abril do ano passado, quando foi feita última mexida. Diferente do BNA, o mercado paralelo de divisas vende dólar três vezes acima do preço oficial.

Por Nelson Rodrigues

O custo do dólar face ao kwanza, no mercado oficial de câmbio, mantém-se inalterado há já quase um ano, desde que o Banco Nacional de Angola (BNA) fez a última mexida, em Abril de 2016, de acordo com as taxas de câmbio diárias, publicadas no portal do banco central.

Actualmente, um dólar custa, no mercado oficial de divisas 166,733 kwanzas, quase o mesmo valor desde Abril de 2016, altura em que o BNA, já sob o Governo de Valter Filipe, fez a última alteração, ao sair de 161,468 kwanzas, em Março, para os 166,707, em Abril.

De lá para cá, não se observaram grandes alterações, além de pequenas oscilações de centimos sobre o valor da moeda, sem forte impacto no valor de mercado da moeda norte-americana.

De acordo com o quadro de taxas de referência do dólar no mercado de câmbio, disponibilizada pelo banco central, em Abril do ano passado, a nota de um dólar custava 166,707 kwanzas, sendo

que, em Maio, o preço subiu para 166,709, mais 0,002 centimos de kwanzas que no mês anterior.

Para os meses seguintes, as taxas foram alternando quase na mesma proporção. Em Junho, por exemplo, a nota valia 166,711 kwanzas, quando em Julho só aumentou 0,003 Kwanzas, ou seja, passou a valer 166,714.

A ligeira subida prossegue em Agosto, quando sobre o valor do mês anterior se registou um acréscimo de 0,001 centimos de kwanzas, passando assim a nota de um dólar a valer 166,715 kwanzas. Em Setembro, a mesma moeda já valia 166,718 kwanzas (ver gráfico ao lado).

As quatro últimas taxas do ano, mais a taxa de Janeiro deste ano, também não ficaram muito longe uma da outra: outubro (166,722 kwanzas); Novembro (166,725 kwanzas); Dezembro (166,728 kwanzas); Janeiro de 2017 (166,732).

PREÇO DO DÓLAR NA RUA

Se no mercado oficial as alterações foram quase inexistentes, o mesmo não se pode afirmar do mercado 'negro' de divisas, que, diariamente, regista uma nova taxa de câmbio para cada dólar. Houve circunstâncias em que a nota de 100 dólares, por exemplo, chegou a custar perto dos 80 mil kwanzas.



FMI já questionou o BNA sobre as largas disparidades nas taxas de câmbio entre os mercados formal e informal.

80

Mil kwanzas é o máximo que chegou a custar a nota de 100 dólares nas ruas de Luanda, valor que chegava para adquirir 500 dólares à taxa de câmbio do BNA.

REDUÇÃO NA VENDA

A contribuir para especulação têm estado as quebras na distribuição semanal de divisas pelo banco central ao mercado. Actualmente, persistem limitações no acesso a divisas nos bancos, mesmo nas contas em moeda estrangeira.

Apesar dos preços especulativos, ainda três vezes acima da taxa de câmbio oficial, face às dificuldades na banca, o negócio de rua ainda é uma alternativa para nacionais e estrangeiros que necessitam de divisas.

Para o FMI, a falta de divisas justifica, em parte, as altas diferenças nas taxas de câmbios entre o mercado formal e o informal. Assim, e com vista a equilibrar o mercado e reduzir as pressões sobre as divisas, o organismo sugere a aplicação pelo BNA das Reservas Internacionais Líquidas e "mais flexibilização" das taxas de câmbio, apoiadas em "condições monetárias mais restritivas para conter a inflação".

"As restrições administrativas existentes para aceder as divisas à taxa oficial, que constituem um constrangimento à actividade e diversificação económicas, precisarão de ser levantadas gradualmente", sugeriu o FMI, numa das suas visitas a Angola, no ano passado.

PREÇO DO DÓLAR NOS ÚLTIMOS 13 MESES

TAXAS DE CÂMBIO DE REFERÊNCIA	
Mês	Taxa de venda
Janeiro 2016	156,390 kz
Fevereiro 2016	159,736 kz
Março 2016	161,468 kz
Abril 2016	166,707 kz
Maio 2016	166,709 kz
Junho 2016	166,711 kz
Julho 2016	166,714 kz
Agosto 2016	166,715 kz
Setembro 2016	166,718 kz
Outubro 2016	166,722 kz
Novembro 2016	166,725 kz
Dezembro 2016	166,728 kz
Janeiro 2017	166,732 kz

No câmbio oficial, este montante [80 mil] chegava para comprar cinco notas de 100 dólares. Ou seja, 500 dólares pelo valor de 100, ao preço oficial. Disparidades que já levaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) a questionar sobre o poder de supervisão do banco central e suas políticas no combate à informalidade no negócio de câmbio.

Só no início do mês passado, o preço para comprar um dólar nas ruas de Luanda voltou a subir para mais de 440 kwanzas (2,6 dólares, ao câmbio actual), cerca de 3,5% face à semana anterior.



AS RESERVAS INTERNACIONAIS líquidas recuaram mais de mil milhões de dólares, entre Dezembro e Janeiro deste ano, ao saírem de 21.399 milhões de dólares para os actuais 20.310 milhões de dólares, de acordo com estatísticas preliminares do banco central.

A PARTIR DESTE MÊS

Empréstimos à economia no BPC mais vigiados

BANCA. Pedir crédito no BPC passará a depender do visto da administração, que já anunciou ‘controlo cerrado’ à equipa de crédito e aos que recebem empréstimos. Objectivo é fazer render o dinheiro dos aforradores e controlar aplicação dos empréstimos.

Por Nelson Rodrigues

As novas regras de concessão de crédito no Banco de Poupança e Crédito (BPC) vão incluir, já a partir deste trimestre, controlo directo da administração e responsabilização do pessoal da área no processo de saída do dinheiro, revelou o presidente da comissão executiva da entidade bancária estatal, Zinho Baptista.

Depois de, no ano passado, ter anunciado a retoma do crédito, a administração do maior banco comercial angolano em activos avisa que, dentro de dias, serão tornadas públicas as novas regras para a concessão do crédito no banco. Mas, para já, fica a garantia do envolvimento da administração no processo.

“Trata-se de regras que impõem a responsabilização dos actores diferentes das que existiam. Tudo para que o aforrador (investidor), que coloca o dinheiro no banco, e o tomador (que beneficia do valor cedido) usem esse bem de troca de forma correcta”, justificou Zinho Baptista.

As novas regras a que se refere o responsável foram anunciadas, há duas semanas, em França, quando o gestor acompanhava o governador do

Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe, numa das suas missões de recuperação da imagem da banca ao sistema financeiro internacional, e estão reproduzidas numa nota, no site do banco. Além do controlo da aplicação das verbas por via do crédito, o banco tem também, nos planos, a redução dos níveis de crédito malparado, que já obrigou o Estado a duas recapitalizações, através de emissões de títulos e linhas de créditos do Banco Africano de Desenvolvimento.

“Estamos a trabalhar para que o crédito seja um facto, mas, de maneira diferente, inclusive na responsabilização dos actores desse processo”, sublinhou Zinho Baptista, apontando para os procedimentos de concessão de crédito, que devem ser anunciados antes do fim do primeiro trimestre.

Esta era também a estratégia de Paixão Júnior, gestor que mais tempo esteve à frente do BPC. Paixão Júnior, que deixou o banco com uma redução nos lucros de 6,9% e mais de 90 insuficiências no controlo interno, em 2015, previa aperfeiçoar, no quadriénio 2015-2018, os “mecanismos para a captação de recursos, melhorando os níveis de liquidez da instituição”.

A previsão da nova administração é que a retoma do crédito aconteça antes do fim do primeiro trimestre deste ano, mas o processo fica dependente da conclusão do processo de reestruturação da instituição. Tão logo o trabalho esteja



Zinho Baptista,
CEO do BPC

12

Corresponde ao número de novos administradores do BPC, banco que quer ‘blindar’ saída de crédito com mais regras.

concluído “daremos a conhecer os critérios que o BPC desenhou para que os cidadãos e as empresas acorram a esse produto bancário”, garante Zinho Baptista.

“Um banco comercial existe para conceder crédito, se fica sem conceder crédito, então, não existe”, considerou, à margem de um encontro

MEMORIZE

- **Maior banco comercial em activos está preocupado com os ritérios de saída de crédito no banco e promete ser implacável no controlo nos próximos tempos.**

com parceiros estrangeiros e demais bancos correspondentes franceses.

REESTRUTURAÇÃO PROSEGUE

A nova gestão do BPC diz-se também “preocupada” com a actual situação da banca nacional, pelo que já incluiu, no seu programa de reestruturação, a

‘matéria’ sobre “adequação às regras internacionais de boas práticas de gestão corporativa”, sobretudo às ligadas ao “compliance” ou normas de conformidade”.

“O compliance joga um papel fundamental na monitorização e validação das operações bancárias que decorrem nas diferentes instituições. E nós, Angola, também temos uma quota-parte”, reconheceu o gestor, apelando à mudança de postura da banca nacional em matéria de transparência nas operações.

Zinho Baptista admite que, no BPC, “passam várias operações, muitas conotadas como suspeitas ou até mesmo não autorizáveis”. “É preciso passar a ideia que, em Angola, também se cumprem regras. Mas, à semelhança de outros países, existem aqueles que não cumprem os preceitos legais, o que não quer dizer que o país esteja em desordem”, explica o gestor.

PAPEL-MOEDA DEVE SER REDUZIDO

Como forma de concretizar os desafios do ‘compliance’, Zinho Baptista sugeriu a redução do uso do papel-moeda que pode ser substituído por cartões de pagamentos, sejam os da rede Visa, ou da rede Multicaixa, controlada pela Emis. “Um indivíduo com excesso de notas à sua disposição poderá usar este dinheiro para caminhos não muito aconselháveis”, rematou Zinho Baptista.

Actualmente, o conselho de administração do BPC é composto por 12 elementos, incluindo a presidente do conselho de administração e 11 administradores, entre executivos e não executivos. Os dados sobre o quadro de funcionários são ainda da ‘Era Paixão Júnior’, que, até 31 de Dezembro, comportava um total de 5.339 colaboradores, segundo o último relatório sobre Auditoria e Controlo Interno do banco.

Mercado & Finanças

BNA À PROCURA DE CREDIBILIDADE

Supervisão de nível europeu já custou quatro viagens ao estrangeiro

DIPLOMACIA FINANCEIRA. França foi o último destino de Valter Filipe na busca de confiança e reforço da cooperação com instituições financeiras internacionais. Antes, o governador do banco central já esteve em Portugal, Itália e Reino Unido. África do Sul foi o ponto de partida da missão. Até hoje estão por se saber as conclusões do diálogo.

Por Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) já expediu, para a Europa, quatro delegações a quatro dos 28 países que compõem a União Europeia, todas chefiadas pelo seu governador, Valter Filipe, acompanhado por

altos quadros da banca nacional, incluindo a presidência da Associação Angolana de Bancos (ABANC).

De acordo com o Valter Filipe, as missões ao estrangeiro têm como objectivo tornar o BNA “num banco de equivalência europeia” e a recuperação da relação que Angola perdeu com bancos europeus e norte-americanos, no fornecimento de divisas ao mercado nacional.

O Deutsch Bank - maior banco alemão - foi dos últimos a abandonar Angola, em Dezembro. O grupo de bancos correspondentes que forneciam dólares físicos a Angola e que deixaram o país inclui o Citi Bank, HBSC, Bank of America/FirstRand e Standard Chartered.

Desde Setembro do ano passado, já se somam quatro viagens do governador Valter Filipe ao estrangeiro, incluindo à África do Sul, o ponto de partida da missão da qual ainda não se conhecem conclusões,

nem acordos concretos.

Esta missão deve encerrar com o ‘visto’ do Banco Central Europeu (BCE) e de outras instituições financeiras internacionais, sobre a adequação de Angola à supervisão financeira internacional e às regras de combate à lavagem de dinheiro.

Das missões à Europa, destacam-se as visitas de Valter Filipe ao Banco de Portugal, de Itália e encontros com autoridades monetárias do

Reino Unido e de França, a última paragem até agora do ‘guardião’ da estabilidade monetária angolana (ver mapa abaixo).

No estrangeiro, Valter Filipe tem mostrado aos seus congêneres o desenvolvimento da banca nacional e os desafios a seguir em matéria de supervisão bancária. Na África do Sul, por exemplo, o BNA mostrou-se disposto a absorver experiência sobre ‘trade finance’, ‘project finance’ e ‘correspondent banking’.

ITÁLIA E REINO UNIDO

26 de Novembro, Valter Filipe e uma vasta delegação, incluindo responsáveis de bancos e da Associação de Bancos de Angolanos, voltam à Europa, para reforço das relações de cooperação com os sistemas financeiros italiano e britânico.

Outros objectivos - Fortalecer relações com bancos correspondentes para a criação de condições e facilidade de entrada de liquidez, através de operações de financiamento bancos angolanos e às empresas nacionais.

PORTUGAL

Outubro, viagem de Valter Filipe e uma delegação do BNA a Portugal, para encontro com responsável do Banco de Portugal e contactos com bancos comerciais locais.

Objectivo - Celebrar acordos de cooperação bancária, de modo a que “o mais rápido possível”, o BNA entre e seja aceite como um banco de equivalência à supervisão do Banco Central Europeu.

FRANÇA

14 de Fevereiro, última visita do governador do BNA, Valter Filipe, e uma delegação de gestores da banca nacional à França.

Objectivos - Estabelecer parceria estratégica e reforçar as relações institucionais com alguns actores do sistema financeiro de França. Encontros de alto nível com o Banco de França e com o Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), além da realização de uma mesa redonda entre a Federação de Bancos Franceses (FBF).

Mapa das Missões do BNA ao estrangeiro no ‘resgate’ da banca

5

Número de bancos correspondentes que deixaram de vender dólar a Angola.

24

de Setembro, início da ‘marcha’ de Valter Filipe à Europa, sete meses depois da sua chegada ao governo do banco central.

ÁFRICA DO SUL

22 de Setembro marca o início da jornada do governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe, ao estrangeiro, na busca de melhor imagem para o sistema financeiro nacional. A convite do seu homólogo sul-africano, Lesetja Kganyago, Valter Filipe segue à África do Sul.

Objectivo - Na maior economia do continente africano, Angola pretendia reforçar relações entre os dois bancos centrais e partilhar as acções que a banca comercial angolana desenvolve na adequação do sistema financeiro angolano às normas prudenciais e às boas práticas internacionais.





Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

Empresas & Negócios

EM ANGOLA

Unicer quer fábrica de cerveja

O presidente da comissão executiva do grupo português Unicer, Rui Lopes, reafirmou a intenção de construir uma fábrica em Angola, uma acção que foi apresentada às autoridades angolanas há mais de uma década, segundo declarações prestadas ao Jornal Económico.

Rui Lopes afirmou que a última avaliação ascende a 130 milhões de euros que a companhia tem sem uso, numa unidade desactivada, os equipamentos para instalar na fábrica projectada. Além disso, explicou que a Unicer ainda mantém, em Angola, a empresa que seria veículo do investimento, a Única (49 por cento da Unicer e 51 de investidores locais).

Em termos de quotas de mercado, Angola chegou a ser o segundo maior mercado para a Unicer, lugar ocupado actualmente pela China devido à crise cambial, situação que afecta as contas do grupo, cujas exportações registaram, em 2016, uma quebra de 24%, o que obrigou a procurar novos mercados.



A Maersk Line foi o segundo maior operador marítimo no transporte de mercadorias a nível global

DADOS RELATIVOS AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2016

Maersk Line com quebra de 31,35% nos transportes para Angola

RESULTADOS. Empresa de transportação de contentores foi a segunda maior em unidades contentorizadas, com uma baixa de mais de cinco mil unidades no terceiro trimestre de 2016 em relação ao período homólogo.

Por Isabel Dinis

O volume de transporte de contentores para Angola, da dinamarquesa Maersk Line, recuou 31,35% para as 12.331,35 unidades, no terceiro trimestre de 2016, face ao período homólogo, revelam dados do Conselho Nacional de Carregadores (CNC).

Entre Julho e Setembro de 2015, a gigante mundial da transportação marítima transportou para Angola 17.961,75 unidades e, apesar da que-

bra nominal de 5.630,50 unidades registada em 2016, manteve o estatuto de segunda maior transportadora de unidades contentorizadas, atrás da holandesa Nile Dutch.

A Maersk Line já havia reportado uma quebra nas receitas do segundo trimestre de 2016 de 18,1% para os 900 milhões de dólares, face ao período homólogo, no conjunto da operação em Angola e na América Latina.

Em termos globais, durante todo o ano de 2016, segundo o site 'Transportes e Negócios', a Maersk Line atingiu um volume de negócios de 20,7 mil milhões de dólares, 13% abaixo do realizado em 2015. A desvalorização dos fretes, fruto do excesso de oferta, foi a principal explicação para as perdas da gigante no ano passado.

Para este ano, a empresa prevê,

20,7

mil milhões de dólares, volume de negócios atingido pela Maersk em 2016.

no entanto, superar os mil milhões de dólares em lucros, como indica o site 'Transportes e Negócios'.

A APM Terminals, a Svitzer e a Maersk Container Industry, que juntamente com a Maersk Line integram a divisão de transportes e logística, deverão registar um resultado líquido agregado de 500 milhões de dólares, em linha com o realizado no ano passado.

OS MAIORES OPERADORES MARÍTIMOS

A Maersk Line foi o segundo maior operador marítimo no transporte de mercadorias a nível global, assim como foi na quantidade de contentores transportados, apesar de ter registado uma quebra de 23,22%. Em termos gerais, a empresa transportou 198.679,23 toneladas, quando, no mesmo período de 2015, transportou 258.757,25, menos 60.078,02 toneladas.

A empresa holandesa Nile Dutch foi a líder no transporte de mercadorias no terceiro trimestre de 2016, com 243.3339,45 toneladas, apesar de ter tido também uma quebra de menos 54.686,37 toneladas, comparando com o período homólogo. A Safmarine também seguiu a 'onda' da Nile Dutch e da Maersk Line, com uma quebra de 103.410,13 toneladas, uma baixa de 60,80%. Em sentido contrário, a empresa francesa CMA CGM elevou a quantidade de mercadorias transportadas em 89% para as 149.627,53 toneladas, mais 70.873,76 em relação a 2015.

A EXXON MOBILE está a negociar com a Sonangol o adiantamento de 879 milhões de dólares para a sul coreana Daewoo Ship Building and Marine Engineering libertar as duas plataformas de perfurações encomendadas pela petrolífera angolana.



EMPRESA Caxito Rega vai exportar 200 toneladas banana para Portugal, produzidas no Perímetro Irrigado daquela província, informou o presidente do conselho da administração da Caxito Rega, João Mpilamosi.



EMPRESA CHEGOU A FACTURAR 10 MILHÕES USD HÁ TRÊS ANOS

Facturação da RBS cai para metade

VESTUÁRIO. Empresa vendia mensalmente 20 mil peças de roupas, valores que conheceram uma grande ruptura devido à perda do poder aquisitivo causada pela actual conjuntura económica.

Por Valdimiro Dias

O grupo RBS, representante da marca Zara em Angola, registou uma queda abrupta na facturação das vendas de roupa estimada em 50%, em 2016, calculando-se que este valor se tenha fixado nos quatro milhões de dólares, embora as contas não estejam ainda fechadas, revelou o proprietário do grupo e empresário, Rui Silva, que atribui os actuais resultados à actual conjuntura económica do país.

A facturação, em 2015, rondou os oito milhões de dólares, enquanto no ano anterior foi superior a 10 milhões de dólares, sendo que os resultados dos últimos três anos espelham a tendência para um abrandamento, conclui Rui Silva, que explicou, no entanto, que o crescimento, antes

da crise, possibilitou outros investimentos em curso.

Os novos investimentos estão ligados à área da restauração, sendo que o grupo já detém uma unidade em Luanda de mobiliário e comércio de alimentos, esclareceu o responsável, que estima, para 2017, uma carteira de negócios na ordem dos 10 a 15 milhões de dólares para todo o grupo.

Até ao eclodir da crise financeira, a empresa vendia, em média, 20 mil peças por mês, um cenário que se manteve até 2015, ano em que começou a apresentar baixas nas vendas devido também a dificuldades na importação de mercadorias.

Para Rui Silva, o ano de 2016 representou um verdadeiro prejuízo, sendo que a sobrevivência da empresa se deve também “à grande quantidade de mercadorias que possui em armazenamento, mas que correm o risco de se esgotar a qualquer momento”.

O volume de vendas da RBS ficou, hoje, reduzido a cerca de



Rui Silva, administrador do grupo RBS

15

milhões de dólares, valor do volume de negócios da RBS estimado para 2017.

cinco mil peças ao mês, devido à quebra no segmento de clientes de todos os extractos financeiros, situação que provocou, de igual modo, uma redução do pes-

soal efectivo em serviço que passou de 140 para 40 funcionários, na sequência do encerramento de quatro lojas.

Face à actual conjuntura, Rui Silva mostra-se completamente céptico, argumentando que não sabe o que reserva o futuro, mas espera que este ano seja melhor que o anterior, que ficou “marcado por perdas financeiras na ordem dos 30 milhões de kwanzas em investimentos”.

Ao comentar o relançamento da indústria têxtil em Angola, o proprietário da RBS classifica o investimento como incipiente e explica

que a fábrica de Benguela produz produtos para lar, enquanto Textang II faz coisas muito simples, argumentando que se precisa de uma produção contínua para alimentar toda a cadeia, “necessita-se de fábricas de camisas, ‘t-shirts’, de calças ganga” entre outras.

O empresário mostra-se disposto a, futuramente, investir numa fábrica de roupas em Angola, mas caso haja envolvimento do Estado, e electricidade, águas, condições que reduzem os custos de produção, sendo que nas condições actuais, a RBS vai continuar a produzir para os angolanos no exterior.

SEGUROS

Academia alerta sobre branqueamento de capitais



A salvaguarda dos interesses financeiros das seguradoras, em Angola, face ao perigo do terrorismo e outras acções negativas aliadas à prática de branqueamento de capitais, vai ser reflectida num ‘workshop’ a ser realizado no

dia 24 de Março, organizado pela Academia de Seguros e Fundo de Pensões (ASFP), revelou o director-adjunto da instituição, Júlio Matias.

O responsável reconheceu, no entanto, que a actividade seguradora é propensa à prática de branqueamento de capitais, razão pela qual a academia prevê organizar um seminário para que os ‘players’ se possam prevenir desta prática

muito utilizada para financiar o terrorismo internacional.

Júlio Matias falava à margem de uma cerimónia que visou homenagear os quadros do sector segurador com mais de 30 anos de carreira e que marcou igualmente o lançamento do Prémio Nacional de Seguros, tendo realçado, na ocasião, que o seminário deverá contar com a presença do especialista angolano em regulação

do sistema financeiro Pedro Ntiama, como orador principal.

Indagado sobre a prática de branqueamento no mercado segurador, o promotor do evento explicou que a actividade de seguros, por si só, movimenta elevadas somas, razão pela qual existe uma certa propensão de o branqueamento de capitais passar pelo volume de prémios pagos pelas seguradoras.

(In)formalizando

LOJAS PEQUENAS RENDEM MAIS NO INÍCIO DO ANO

‘Kónicas’: negócio factura ao lado das escolas

COMÉRCIO. Apesar de registarem maior procura no período das inscrições e matrículas, as populares ‘kónicas’ podem facturar, por semana, acima dos 400 mil kwanzas. Comuns em zonas escolares, são frequentemente geridas por chineses. Pouco a pouco, alargam o negócio para a venda de material escolar.

Por Osvaldo Quilo

O negócio, popularmente conhecido por ‘kónicas’, que, em muitos casos, começam com apenas um computador, uma impressora, fotocopidora ou máquina fotográfica num espaço improvisado, é visto por uns como “rentável” e por

outros apenas como “razoável”, por serem mais procuradas por estudantes, no período das inscrições e confirmação de matrículas.

Saul Martins é funcionário de uma ‘Konica’, no Golfe II, há mais de cinco anos. Depois de ver o surgimento de várias casas de fotocópias, naquela zona, o patrão, de origem chinesa, decidiu investir cerca de 500 mil kwanzas numa fotocopidora industrial, baixar os preços e atrair mais clientes. E hoje, por cada cópia, cobra 10 kwanzas, por lado a preto e branco, enquanto a cores fica por 100 kwanzas, além de fazer

a digitalização, impressão e plastificação de documentos, bem como fotografias normal e rápida.

Do investimento, a pequena empresa consegue uma facturação semanal de 500 mil kwanzas e já pensa em alargar a outros serviços, apesar de não possuir alvará para o exercício comercial. “Conseguimos ter um rendimento diário acima dos 30 mil kwanzas, graças à impressora super-rápida que, com muito sacrifício, encomendámos da China. A maior luta tem sido conseguir um alvará comercial, porque somos obrigados a fechar as portas

Pequenas ‘kónicas’, em Luanda, podem facturar até 500 mil kwanzas por mês.



“A maior luta tem sido conseguir um alvará comercial, porque somos obrigados a fechar as portas quando percebemos que os polícias circulam nos arredores.”

20

Mil kwanzas salário de um funcionário de uma 'kónica'

700

Kwanzas, preço de uma foto rápida



Garcia Domingos, funcionário da 'kónica' junto à FCS-UAN

quando percebemos que os polícias circulam nos arredores”, revela.

As 'kónicas', espalhadas por diversos pontos da cidade, normalmente são espaços com pouco menos de quatro metros quadrados. Em muitos casos, assemelham-se no tamanho e nos preços oferecidos. As que se encontram nas zonas urbanas acabam sempre por ter preços 'mais puxados'. “Os materiais que normalmente usamos estão cada vez mais difíceis de encontrar. Conseguíamos importar, mas, com a crise, o quadro mudou. Nas lojas onde compramos subiram os preços, até a resma de papel está cara. Por isso é que oferecemos esses preços”, justifica Maurício Tati, funcionário de uma 'kónica' no Cassenda, em Luanda.

Aqui, a digitalização de um trabalho de investigação científica pode custar 3.500 kwanzas. A impressão do referido documento paga-se, por folha a preto e branco, 50 kwanzas e a cores 100 kwanzas. Já a plastificação de um cartão de estudante ronda os 150 kwanzas. Em média, atende, por dia, entre 10 e 15 clientes, número que Maurício

Tati considera longe do desejado. “Já tivemos uma facturação muito acima do previsto, mas, com a retirada da maior parte dos estudantes do IGCA (Instituto Geográfico e Cadastral de Angola), baixámos muito. De mais de 30, para menos de 15. O negócio deixou de ser rentável”, considera.

Junto à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, encontram-se várias 'kónicas'. Os preços são basicamente semelhantes. Também regista um maior número de clientes nos primeiros dias do ano, apesar de, durante as aulas, principalmente no final de cada trimestre, receber muitos trabalhos. “Fazer cópias continua a ser a principal fonte de receitas. Para quem estiver bem organizado, chega a ser rentável. Às vezes, não conseguimos controlar os clientes, por isso é difícil definir médias diárias. Mas temos outros serviços que também nos garantem sustento”, explica Garcia Domingos.

Esta 'kónica', com quatro funcionários, ajuda os estudantes na elaboração de trabalhos de fim de curso, ou monografias, sobretudo na

fase de correcção: se for para imprimir apenas o documento, “pedimos, por folha, 50 kwanzas, mas, se for para fazer a correcção e impressão, esticamos para os 100 kwanzas”. Enquanto para outro serviço, a encadernação, o preço varia conforme o volume. Menos de 30 páginas ronda os 250 kwanzas.

EVOLUÇÃO PARA GRÁFICAS

Se, por um lado, são conhecidos pela fotocópia e digitalização de documentos, por outra, é na fotografia onde muitos conseguem tirar dividendos. Entre os serviços que oferecem, a foto normal é a que mais se afirma. Chega a custar 200 kwanzas. Já a foto rápida, em dois minutos, 700 kwanzas. No São Paulo, em Luanda, é onde se concentra o maior número de 'kónicas', que se transformam em pequenas 'gráficas'. Além dos serviços normais, como plastificação de documentos e outros, fazem a revelação de fotografias e impressão em lonas. O nome 'kónica' deriva de Konica Minolta, uma renomada marca de máquinas fotográficas internacional.

OUTROS NEGÓCIOS

Por se posicionarem junto a várias instituições de ensino, estas lojas também fazem a comercialização de materiais escolares que funciona como um complemento do negócio. Vendem cadernos, lapiseiras, lápis, marcadores, borrachas, folhas brancas para desenho, régua, livros entre outros. Segundo Saul Martins, da 'kónica' no Golfe II, os mais novos são os clientes mais assíduos. Num único dia, só da venda de lápis e lapiseira, a loja pode facturar até cinco mil kwanzas.



Manuel Tomás ©VE

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DE JURE

DIPLOMA FOI APROVADO A SEMANA PASSADA

AN aprova mudanças à lei das pequenas empresas

REVOGAÇÃO. Diploma permite que o Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA) intervenha no financiamento às sociedades anónimas.

Por Isabel Dinis

Assembleia Nacional (AN) aprovou na especialidade, na semana passada, o relatório de pareceres à proposta de alteração da Lei das micro, pequenas e médias empresas, em vigor desde 2011.

O diploma aprovado tem por objectivo permitir que o Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA) intervenha no financiamento das sociedades anónimas. A lei concede também a possibilidade de as sociedades participadas pelo FACRA

usufruírem de outros benefícios consagrados na lei.

O FRACA é um fundo público de capital de risco criado pelo Governo, com o objectivo de facilitar o lançamento e a expansão de novos negócios, impulsionar o empreendedorismo, apoiar o desenvolvimento de aptidões de negócios e promover a inovação das pequenas e médias empresas.

A Lei das micro, pequenas e médias empresas, aprovada em 2011, considera pequenas empresas as que empreguem mais de 10 trabalhadores ou até 100 e que tenham uma facturação bruta anual superior a 250 mil dólares, ou igual ou inferior a três milhões de dólares.

As médias empresas são as que empreguem mais de 100 ou até 200 trabalhadores e que tenham uma facturação bruta anual em kwanzas superior ao equivalente a três milhões de dólares e igual ou



inferior a 10 milhões de dólares.

Na lei, os incentivos a essas empresas são somente para as micro,

pequenas e médias empresas que, comprovadamente, demonstrem ter a situação fiscal regularizada, através

da instrução do processo de classificação com as competentes certidões de inexistência de dívidas fiscais.

CÓDIGO PENAL CONTINUA EM DISCUSSÃO

Penal máxima pode chegar aos 30 anos

O ante-projecto do Código Penal, que visa actualizar o vigente de 1886, prevê penas mínimas de três meses e máxima de 25 anos, podendo chegar aos 30 anos em caso de reincidência ou em resultado de prorrogação de penas.

A nova moldura penal foi anunciada, na semana passada, em Luanda, pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Jorge Carneiro Manguera, quando intervinha na cerimónia de abertura do seminário de apresentação da proposta de

Lei que aprova o Código Penal, elaborada pela comissão de Reforma da Justiça e do Direito.

O governante afirmou ainda que o novo Código Penal é norteador pelo compromisso do Executivo de garantir uma política criminal e de reforma da justiça que contemple respostas à grande, média e pequena criminalidades.

O novo diploma, segundo o ministro, visa ainda combater a corrupção, as drogas, a criminalidade organizada e económico-financeira, bem

como a instituição e reforço do sistema de justiça ao serviço dos direitos humanos.

De acordo com Rui Manguera, esta proposta reforma o sistema e a escala de penas dos artigos 55.º, 56.º e 57.º do Código Penal de 1886, porquanto elimina a distinção entre penas maiores e correcionais, instituindo com penas principais a de prisão e a multa, aplicadas em alternativa, eliminando o recurso a penalidades mistas e consagrando, pela primeira vez, as penas acessórias.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

CADA VEZ MAIS, A APOSTA PASSA POR FACILITAR A VIDA ÀS MULHERES

Poder feminino nas empresas

IGUALDADE. Grandes empresas assumem a responsabilidade de ter mais mulheres em cargos de chefia. Seis delas até traçaram metas e apostam também na flexibilidade horária, na formação e até em quotas para cargos. Das seis que mais apostam, duas têm a liderança de topo no feminino. É delas que o VALOR fala na semana dedicada à mulher.

Por Emídio Fernando



PHILIPS: UMA EM CADA TRÊS

A 'revolução' feminina na Philips começou no escritório mais importante da empresa, em Alphaville, nos EUA: metade dos funcionários são mulheres. A empresa oferece um dia por semana para as suas trabalhadoras trabalharem em casa e estabeleceu uma regra: por cada três líderes, um, pelo menos, tem de ser mulher. A Philips, fundada na Holanda em 1891, é líder na venda de produtos para casa, como electrodomésticos e televisores, que junta ao fabrico de baterias e de produtos de alta tecnologia ligados ao som, à imagem e ao diagnóstico médico e fornece consultoria em soluções tecnológicas. Tem representações em 120 países.

ERICSSON: UM TERÇO NA CHEFIA

A Ericsson estabeleceu uma meta para 2020: ter, um terço dos cargos de chefia entregues a mulheres. A empresa, especialista em tecnologia de telemóveis, promove, com alguma regularidade, formação e treino dirigidos a mulheres e debates sobre a liderança feminina. Nos países em vias de desenvolvimento, a empresa sueca tem projectos de apoio a escolas que visam estimular as estudantes a dedicarem-se às tecnologias. A Ericsson foi fundada em Estocolmo, em 1876, e começou por ser uma pequena oficina de reparações de telefones. Hoje está valorizada em 40 mil milhões de dólares, dando um salto 'gigante' quando se juntou à Sony.



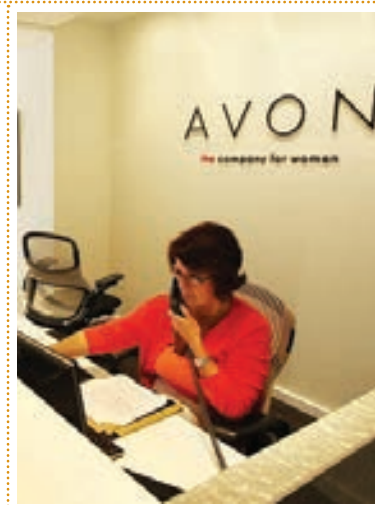
ACCENTURE: ATRAIR MAIS MULHERES

Há cinco anos, tinha 17% de dirigentes mulheres, em 2015, já representavam 28,4%. Todos os pedidos de demissão de mulheres são analisados e discutidos, em que a empresa tenta perceber o que as leva a sair. Usa uma política de atracção de funcionárias que passa por dar horários flexíveis, apoio às mães, permitindo que trabalhem em casa até o bebé atingir um ano, e oferece licenças de maternidade. Cerca de 38% dos funcionários, dos mais de 320 mil que tem em todo o mundo, são mulheres.

A Accenture dá consultas em gestão e tecnologia de informação. Foi fundada em 1989, nos EUA. Em 2015 e tem presença em 120 países.

AVON: FEMININA DESDE SEMPRE

É das mais famosas empresas de cosméticos do mundo, fundada nos EUA, mas adoptando um nome em homenagem à cidade que viu nascer o dramaturgo britânico William Shakespeare. O fundador tinha apenas 20 anos e era um simples vendedor de livros, porta a porta e trabalhava com uma amiga. A empresa é liderada por Andrea Jung. Em todo o mundo, a Avon incentiva o trabalho feminino, aplica a equidade salarial, permite horários flexíveis e em casa. A empresa tem também uma vice-presidente que se dedica apenas às acções voltadas para a igualdade do género e da raça. Apoiava ainda ONG em iniciativas voltadas para as mulheres desfavorecidas.



UNILEVER: METADE A LIDERAR

Nos países considerados em vias de desenvolvimento, a multinacional, de origem britânica e holandesa, aumentou o número de mulheres em postos de liderança em 15%. Mas a equidade é mais visível na média dos 160 países onde a empresa marca presença: quase metade. Em 2014, 49% já assumia a liderança em vários departamentos. No entanto, os dois cargos mais importantes são detidos por homens. A empresa aposta na formação especialmente dirigida a funcionárias e permite maior flexibilidade dos horários de trabalho a mulheres.

IBM: MULHER NO TOPO

A IBM destaca-se por ser gerida por uma mulher, desde 2012. Ginni Rometty já foi considerada uma das mulheres mais poderosas do mundo. É a primeira presidente da empresa em mais de 100 anos de história. Para os cargos de gestão, a empresa aposta na promoção de mulheres, por isso, nos últimos anos tem incentivado mesas redondas e a formação de mulheres. A IBM foi criada, como empresa de tecnologias de informação, ainda no século XIX. Fabrica e vende 'software' e 'hardware', além de prestar consultoria. Emprega mais de 415 mil pessoas em 150 países.



O próximo ‘incêndio financeiro’



Simon Johnson

A desregulamentação financeira nos anos 1980 e 1990 levou a um ‘boom’ imobiliário no início dos anos 2000; preparou o cenário para o arrefecimento financeiro de 2008 que, por sua vez, deu origem a uma nova onda de reformas a partir de 2010. As reformas foram sérias, mas não foram longe o suficiente e podem ser revertidas sem muita dificuldade. O governo Trump está pronto a fazer exactamente isso.

No início de 2007, a pior crise financeira, em quase 80 anos, começou a desenrolar-se, culminando 18 meses depois com o colapso do Lehman Brothers e as ondas de choque sentidas em todo o mundo.

As medidas desesperadas dos governos salvaram-nos da Grande Depressão II e os governantes prometeram que “nunca mais” enfrentaríamos os mesmos riscos. Políticos e bancos centrais iniciaram um amplo processo de reformas, tanto a nível nacional como em coordenação internacional. Todos com o intuito de reduzir a possibilidade de haver um colapso dos bancos muito grandes.

Uma década mais tarde, o sistema financeiro global conseguiu, de certa forma, tornar-se mais seguro, em resposta a esses esforços. De outra forma, no entanto, a estrutura não mudou muito e até pode ter-se tornado mais vulnerável. Mas, em vez de concluir o processo de reformas, os decisores políticos, dos dois lados do Atlântico, parecem empenhados a desfazer a maior parte das medidas que sustentam os progressos alcançados.

A última década rendeu três realizações principais. Primeiro, algumas empresas financeiras falharam e por uma boa razão: os seus modelos de negócios eram maus ou estavam mal administrados ou até ambas as coisas. Ao mesmo tempo, empresas financeiras mais fortes expandiram a sua participação no mercado.

Em segundo lugar, o financiamento dos bancos passou de dívida a participações accionárias. Mais do que um banco proeminente, antes da crise, tinha menos de 2% do seu financiamento em acções – o que significava que mais de 98% do financiamento provinha da dívida. Isso não acontece actualmente.

Em terceiro lugar, existem agora restrições às actividades dos maiores bancos. A chamada Regra Volcker impede a negociação proprietária – uma forma de especulação interna – por bancos baseados nos Estados

Unidos. Noutros países, os supervisores bancários tornaram-se mais cépticos quanto à suposta sofisticada tomada de riscos. Ter cuidado está ‘no ar’.

Infelizmente, todas essas conquistas podem ser efémeras. Os mais poderosos querem remover as restrições aos bancos nos EUA e no Reino Unido. Por exemplo, a regra de Volcker pode vir a sofrer uma grande pressão da Goldman Sachs e de seus muitos alunos que foram colocados em cargos de topo no governo dos EUA.

Gary Cohn, ex-presidente da Goldman Sachs e que antes foi director de operações, chefia o Conselho Económico Nacional do presidente Donald Trump e diz que devemos reduzir os requisitos de capital (o que significa permitir mais dívida e menos fundos de acções nos bancos) para impulsionar a economia. Isto é exactamente o que aconteceu no início dos anos 2000. Se Cohn conseguir fazer vingar esse caminho, as conseqüências serão semelhantes: um desastre.

Desde 2008, o sistema financeiro global tornou-se mais concentrado. Os maiores bancos dos EUA surgem em vantagem relativamente aos concorrentes, incluindo grandes bancos europeus. Como resultado, em mercados-chave e em toda a infra-estrutura financeira essencial do mundo, bancos, como o JPMorgan Chase, permanecem muito grandes para serem autorizados a falhar.

As finanças, às vezes, parecem ser complicadas, mas o que está em jogo é bastante simples. O senador norte-americano Jack Reed recentemente resumiu bem esse jogo: “Os meus eleitores não precisam de calculadoras ou fórmulas de Wall Street extravagantes para entender que há um valor e um benefício para reformar Wall Street e manter a ganância imprudente sob controlo. Há um valor e um benefício para proteger os consumidores e os seus salários. E há um valor e um benefício para manter uma família em casa e evitar a execução de uma hipoteca.”

As opiniões dos governantes sobre a política são moldadas pela

forma como vêm o mundo – e o que experimentaram. Se alguém foi dramaticamente ferido por uma crise financeira, é menos provável que essa pessoa deseje passar pelo mesmo drama novamente.

Mas se alguém fez muito bem – comprando activos baratos no final do ciclo, por exemplo, ou expandindo a sua participação nos mercados – parece razoável supor que são menos propensos à cautela. Reed toca precisamente neste ponto ao referir-se à posse de Steve Mnuchin, ex-vice-presidente executivo da Goldman Sachs, como secretário do Tesouro: “Um indivíduo que fez a sua fortuna agressivamente, executando hipotecas sobre os seus irmãos norte-americanos não possui valores adequados, na minha opinião, para ser nosso secretário do Tesouro. Com base neste registo, não estou convencido de que o Sr. Mnuchin seja capaz de drenar o pântano e receio que possa acabar a agredir o sistema em favor do 1% em detrimento dos norte-americanos da classe trabalhadora”.

Mas o Senado confirmou mesmo Mnuchin, o que sugere que estamos prestes a completar um ciclo. A desregulamentação financeira nos anos 1980 e 1990 levou a um ‘boom’ imobiliário no início dos anos 2000; preparou o cenário para o arrefecimento financeiro de 2008 que, por sua vez, deu origem a uma nova onda de reformas a partir de 2010. As reformas foram sérias, mas não foram longe o suficiente e podem ser revertidas sem muita dificuldade. O governo Trump está pronto a fazer exactamente isso.

Os grandes bancos vão ficando cada vez maiores. Os níveis de capital vão cair. E as práticas razoáveis de gestão de risco ficarão, de novo, fora de moda.

Os poderosos saem-se bem em períodos de aceleração e de rupturas. O resto de nós pode esperar uma desigualdade mais profunda e mais pobreza induzida pela crise.

Ex-economista-chefe do FMI, professor do MIT Sloan, e co-autor, com James Kwak, dos livros ‘Casa Branca Burning’, ‘The Founding Fathers’.

Internacional

CADA PAÍS COM PROCESSOS INDIVIDUAIS

Europa investiga ‘Papéis do Panamá’

A investigação judicial aos ‘Papéis do Panamá’, na Europa, vai ser realizada por cada país e não no conjunto do espaço europeu, como inicialmente tinha sido previsto. A decisão foi acordada por um grupo de pro-

curadores europeus, mas que vão ser coordenados pelo Eurojust, na troca de informação.

A investigação vai ser, no entanto, centralizada pelo Ministério Público da Alemanha, país de onde partiram as primeiras informações sobre o escândalo mundial da utilização de ‘offshores’, mais conhecidos por ‘paraísos fiscais’ no Panamá.

No entanto, se qualquer outro

país tiver suspeitas sobre determinadas operações bancárias e um dos fluxos passar por esse país, o respectivo Ministério Público deve recolher essa informação e partilhá-la com os congéneres europeus.

As investigações, por cada país, podem abrir vários processos, atingindo uma mesma entidade, pessoa ou empresa que esteja a ser investigada.

Lista negra de paraísos fiscais



MOÇAMBIQUE

Banco tranquiliza clientes

O Banco de Moçambique (BM) assegura que não há motivos de alarme em relação à estabilidade do Moza Banco, confirmando que a recapitalização da instituição bancária decorre normalmente.

A garantia do banco central surge na sequência de informações difundidas nas redes sociais sobre a situação do Moza Banco. “O BM não vê qualquer sinal de alarme em relação à estabilidade presente e futura do Moza Banco”, declara um comunicado do banco, apelando aos clientes para manterem, “com tranquilidade”, o seu relacionamento com a instituição.

A comunicação do banco central surge um dia depois de o Moza Banco ter afirmado que a recapitalização tem evoluído dentro das expectativas, assegurando que a instituição funciona normalmente. De acordo com o Moza Banco, intervenido no ano passado, a instituição “conseguiu recuperar” os índices de confiança no mercado e com o público, em geral.



RELATÓRIO DA ONU

Fome afecta 28 países africanos

A fome ameaça 37 países que dependem da ajuda alimentar externa devido aos conflitos e à seca, apesar de abundarem as colheitas a nível mundial, indica um relatório da organização da ONU para a alimentação e a agricultura.

O mais recente relatório da FAO (sigla em inglês para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), sobre as perspectivas de colheita e situação alimentar, realça que 28 desses 37 países dependentes são do continente africano, onde a seca do ano passado, associada ao fenómeno ‘El Niño’, continua a causar estragos.

Os conflitos prolongados aumentaram igualmente o número de deslocados que passam fome, o que faz com aumente o número de emergências devido à insegurança alimentar.

O diretor-geral adjunto da FAO, Kostas Stamoulis, indicou que o mundo se encontra numa situação “sem precedentes”, com ameaças de fome [quando um país ou região não produz ou tem alimentos suficientes para alimentar a sua população] em vários países ao mesmo tempo.

Em certas zonas do Sudão

do Sul foi declarada a fome, que se calcula poder afectar 100 mil pessoas. Em todo o país, cerca de 4,9 milhões de sudaneses precisam de assistência alimentar urgente.

No Iémen, a guerra e a escassez alimentar fizeram com que 17 milhões de pessoas (dois terços da população) sofram de fome, metade das quais precisa de ajuda de emergência.

Na Nigéria, há 8,1 milhões de habitantes em situação de insegurança alimentar aguda, devido às acções do grupo ‘jihadista’ Boko Haram.

Na Somália, são 2,9 milhões de afectados pelo terrorismo do Al Shabab e por uma dura seca que reduziu a produção de alimentos em 70% em parte do país.

Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Iraque, Birmânia e Síria são outros dos países em que os combates e os distúrbios têm vindo a pôr em risco a alimentação de milhões de pessoas, o que tem repercussões nos Estados vizinhos que acabam por receber refugiados.

Para este ano, prevê-se uma melhoria da produção agrícola no sul da África, reduzida anteriormente pelo impacto do El Niño, ainda que uma praga de lagartas e as inundações localizadas em Moçambique, Zâmbia e Zimbabué possam limitar o seu crescimento.

O BRASILEIRO Roberto Azevedo foi reconduzido director-geral da OMC, por mais quatro anos. Roberto Azevedo, de 59 anos, alertou para “tempos difíceis” e para um “regresso ao proteccionismo”.



NA CHINA, os salários médios do sector secundário subiram e já se encontram acima dos vencimentos de países como o Brasil e o México, de acordo com os dados do Euromonitor International.



CORRUPÇÃO NO BRASIL

Odebrecht envolve Dilma

O empresário Marcelo Odebrecht, preso por alegado envolvimento na corrupção da Petrobras, revelou ter pago mais de 48 milhões de dólares em contribuições não declaradas à coligação Dilma-Temer, noticiou a imprensa brasileira.

A informação terá sido prestada num depoimento dado pelo empresário ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que investiga supostas irregularidades cometidas pela coligação Dilma-Temer nas eleições presidenciais de 2014.

Segundo informações do portal de notícias brasileiro G1, Marcelo Odebrecht terá declarado que parte deste valor foi paga no exterior ao Partido dos Trabalhadores (PT), de Dilma Rousseff (na foto),

ao publicitário João Santana.

Um terço desta doação ilegal terá sido acertado como contrapartida por uma medida provisória (lei que tem validade de 90 dias) de 2009 que beneficiou a Odebrecht. O empresário também confirmou que se reuniu com o presidente do Brasil, Michel Temer, que na época era vice-presidente, para tratar de doações ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 2014, mas nega ter tratado de valores com o político.

A investigação destes pagamentos à coligação Dilma-Temer faz parte de uma ação proposta pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de Aécio Neves, no TSE que pede a cassação da candidatura vencedora das presidenciais de 2014.

Se a coligação for condenada, o actual presidente, Michel Temer, pode perder o cargo.



NA INDONÉSIA

‘Invasão’ árabe

O rei Salman bin Abdulaziz, da Arábia Saudita, está à procura, em visita oficial, de investimentos na Indonésia, acompanhado por mil pessoas, incluindo príncipes e ministros. Desembarcou, no avião oficial num aeroporto de Jacarta, onde foi recebido pelo Presidente da Indonésia, Joko Widodo. Com a delegação árabe, chegaram cerca 460 toneladas de equipamentos, incluindo limusinas Mercedes e escadas para o monarca descer do avião. A maior parte das bagagens foi transportada directamente para a ilha de Bali, onde o rei vai passar férias depois de ter passado três dias pela capital da Indonésia, Jacarta.

Trata-se da primeira visita de um rei da Arábia Saudita à Indonésia em 47 anos ao país muçulmano mais populoso do mundo.

COM A ELEIÇÃO DE TRUMP

Chineses mais ricos

O 36 multimilionários chineses do índice elaborado pela Bloomberg, a ‘Bloomberg Billionaires Index’, viram aumentar a sua fortuna em 13,2% desde que Donald Trump foi eleito presidente dos EUA. O aumento de 39,2 mil milhões de dólares elevou a riqueza conjunta para os 336 mil milhões de dólares. Os ganhos superaram os alcançados por bilionários de qualquer outro país além dos EUA, mesmo depois de Trump ter afirmado que a China “manipula o mercado cambial”.

Ao contrário dos chineses, no México, não houve retornos. Os ‘ataques’ de Trump têm castigado a moeda local, o peso, reverteram os ganhos de dois dígitos que os mais ricos do país obtiveram nos 11 meses

anteriores às eleições nos EUA. Desde Novembro, as fortunas dos oito bilionários caíram 5,1%, declínio suavizado pelo anúncio do banco central, em Fevereiro, de que planeia apoiar a moeda. Carlos Slim, o homem mais rico da América Latina, com 50,7 mil milhões de dólares, teve o maior declínio de 4,2 mil milhões de dólares.

Já os da Rússia têm um amigo na Casa Branca. Os 28 russos do índice, que avalia os 500 mais ricos do mundo, ampliaram as fortunas em 24,4 mil milhões de dólares. O aumento de 10,5% elevou a riqueza conjunta para 256 mil milhões de dólares graças à valorização das matérias-primas e do rublo.

Os mais ricos do mundo ficaram 207 mil milhões de dólares mais ricos desde a eleição de Trump, o primeiro presidente bilionário da história dos EUA, e têm agora uma riqueza líquida combinada de 4,6 biliões de dólares, segundo o índice da Bloomberg.



Eleição de Trump ajuda os mais ricos.

COMUNIDADE INTERNACIONAL

São Tomé faz apelo

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades são-tomense, Urbino Botelho, apelou à comunidade internacional para dar um maior apoio aos esforços do governo.

O pedido foi feito durante uma reunião promovida pelas Nações Unidas na capital são-tomense com todos os parceiros bilaterais, multilaterais e instituições financeiras sediadas em São Tomé.

Urbino Botelho reconheceu que o apelo lançado pelo primeiro-ministro, Patrice Trovoada, há um ano e meio, durante a apresentação da



Urbino Botelho, ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de São Tomé

‘agenda de transformação’ na ‘Step in London’ ainda não produziu os resultados esperados, apesar da “resposta positiva de alguns” parceiros.

No encontro, estiveram presentes os embaixadores e chefes das organizações internacionais acreditadas em São Tomé e Príncipe e delegações de Libreville e Yaoundé e representantes do Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento, União Europeia e Banco Africano de Desenvolvimento.

Ambiente

ESTUDO REVELA PARTÍCULAS QUE SÃO FONTES DE POLUIÇÃO

Muitas roupas e pneus ‘matam’ os mares

POLUIÇÃO. Compra de roupas tem sido fatal para a conservação do ambiente. No mundo, compra-se cada vez mais vestuário que liberta partículas invisíveis e que vão destruindo os mares. É como se cada pessoa, no mundo, jogasse um saco plástico para o mar por semana. O alerta é de um estudo internacional.

Um estudo elaborado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN) revela que os microplásticos, partículas microscópicas que se encontram em roupas sintéticas e pneus, passam por sistemas de tratamento de água e vão parar ao mar. Estas substâncias invisíveis a olho nu constituem uma fonte de poluição mais grave do que se pensava.

De pneus a roupas e cosméticos, o microplástico encontra-se praticamente em todos os objectos. O seu impacto sobre as águas do planeta é catastrófico: calcula-se que, dos 9,5 milhões de toneladas de matéria plástica que flutuam nos mares, até 30% sejam compostos por partículas minúsculas. Invisíveis a olho nu, constituem uma fonte de poluição mais grave do que se pensava, como mostra o

recente relatório da IUCN.

Segundo este estudo, cerca de dois terços do microplástico encontrado nos oceanos são originados dos pneus de automóveis e das microfibras que são libertadas durante a lavagem de roupa na máquina. Outras fontes poluidoras são a poeira urbana, as marcações rodoviárias e os barcos.

As imagens de tartarugas presas em redes de pescar e pássaros com anéis de latas de cerveja em volta do pescoço há muito são vistas em todo o mundo. É diferente do microplástico, que é invisível, só tendo sido recentemente detectado como tal. Assim, sabe-se relativamente pouco sobre a sua escala e o verdadeiro impacto ambiental.

Ao contrário do lixo plástico convencional, que se degrada na água, o microplástico já é lançado no ambiente em partículas tão microscópicas que ‘enganam’ os sistemas de filtragem das estações de tratamento de água. É exclusivamente nesse tipo de dejecto que

o relatório da IUCN se concentra.

A actual quantidade de microplástico nas águas é de 212 gramas por ser humano, o equivalente a que cada pessoa do planeta jogasse um saco de plástico por semana no oceano.

MAUS HÁBITOS DE CONSUMO

O director do Programa Marinho Global do IUCN, João de Sousa, lembra que as estratégias globais de combate à poluição marítima se concentram em reduzir o tamanho dos fragmentos do lixo plástico convencional. No entanto, essa concepção precisa de ser revista. “As soluções devem incluir ‘design’ de produtos e de infra-estrutura, assim como o comportamento do consumidor. Podem projectar-se roupas sintéticas que libertem menos fibras, por exemplo, e os consumidores também podem agir, optando por tecidos naturais, em vez de sintéticos.”

Segundo outros especialistas, contudo, essa estratégia não



Substâncias poluentes são invisíveis a olho nu

Mário Marques © VE

100

Mil milhões de peças de vestuário foram produzidos, em todo o mundo, em 2014

212

Gramas: quantidade de microplástico por pessoa que é jogado ao mar, todas as semanas.

tem o alcance necessário e é preciso também abordar outros hábitos de consumo. Para Alexandra Perschau, da campanha ‘Detox’, da organização ambiental Greenpeace na Alemanha, o real

problema não é o tipo de casaco que se compra, mas sim quantos. “O sistema de moda como um todo é o problema, é excesso de consumo”, comentou à DW. “Em diversos levantamentos, seja na Ásia ou na Europa, grande parte dos consumidores admite possuir mais roupas no armário do que precisa, mas continua a comprar mais e mais.”

A produção mundial de vestuário dobrou desde o ano de 2000, excedendo os 100 mil milhões de peças em 2014, de acordo com uma sondagem da organização não-governamental Greenpeace. Além disso, actualmente as peças de vestuário tendem a ser de difícil reciclagem. “Temos cada vez mais peças confeccionadas com fibras mistas de poliéster e algodão, portanto nem temos como reciclá-las devidamente. No momento, a tecnologia não está tão avançada que possamos separar esses tipos de fibras”, explica Alexandra Perschau.

Educação & Tecnologia

SEXTA EDIÇÃO PREMIOU LUANDA E KWANZA-SUL

DStv entrega prémios a estudantes

TELECOMUNICAÇÕES. Todos os anos a operadora de televisão atribui prémios, que servem de incentivo para os jovens se dedicarem à ciência e à tecnologia espaciais. Este ano, a DStv contemplou estudantes de Luanda e do Kwanza-Sul.

Por Teresa Fukiady

C

arlos Malungo, de 16 anos, da escola Puniv Capolo 2, de Luanda e Fabrício Henriques, de 14 anos, da escola

António Agostinho Neto, na Gabela, no Kwanza-Sul, foram os vencedores da 6.ª Edição dos 'Prémios Estrela DStv Eutelsat', nas categorias de redacção e cartaz, respectivamente.

Os Prémios Estrela DStv Eutelsat, criados em 2011, numa organização da MultiChoice África em parceria com a Eutelsat, são a única competição pan-africana que incentiva jovens a explorar o pensamento inovador na ciência e tecnologia espacial. Os prémios têm também como objectivo colocar em evidência ideias inovadoras sobre a aplicação de tecnologia de satélites em África, sensibilizar os estudantes africanos para as tecnologias de satélite e a suas aplicações e ainda estimular o interesse pela ciência e tecnologia entre os jovens nas escolas em África.

Na categoria de redacção foram

apresentados 157 trabalhos, tendo Sílvio Thone, de 15 anos, de Luanda ficado com o segundo lugar. Para a categoria 'cartaz', estiveram em concurso 188 trabalhos. Gomes Costa, de 16 anos, do Kwanza-Sul foi o segundo classificado.

Os primeiros classificados de cada categoria receberam um descodificador DStv Explora, uma subscrição anual DStv Bué e um

188

trabalhos estiveram presentes no concurso.

computador portátil, enquanto os segundos classificados foram premiados com um descodificador DStv HD, uma subscrição anual DStv Bué e um telemóvel. Os professores e as escolas dos vencedores, em ambas as categorias, foram premiados com um 'tablet' e um descodificador DStv HD com subscrição anual do pacote Bué, respectivamente. Todas as ofer-

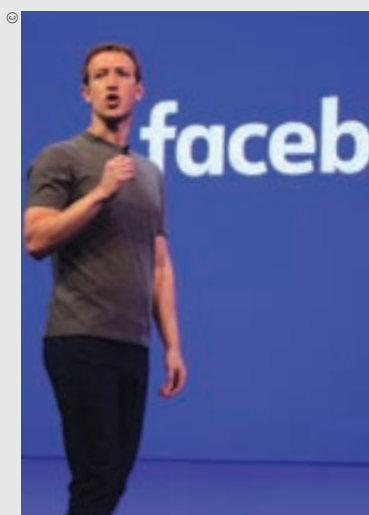
tas de descodificadores incluem a instalação.

Os prémios pretendem desafiar os alunos a elaborar uma redacção ou desenhar um cartaz sobre como os satélites ajudam a compreender e a cuidar do planeta terra. Esta edição teve como tópico: 'Imagina-te como um cientista do futuro com a tarefa de conceber um satélite de nova geração que irá ajudar a melhorar a vida dos africanos. Que nome darias ao teu satélite e que diferentes contributos este daria a África do futuro?'. Este ano, teve a participação de mais de mil estudantes de 20 países, que frequentam o ensino secundário e o médio, com idades entre os 14 e 19 anos.

Os vencedores nacionais competiram ainda, a nível continental, pelos prémios globais. O jovem Leoul Mesfin, da Etiópia, foi o vencedor na categoria de redacção, tendo sido premiado com uma viagem à sede da Eutelsat em Paris e a oportunidade de assistir ao vivo ao lançamento de um foguetão no espaço a colocar um satélite em órbita. Na categoria de cartaz, o primeiro lugar foi para Emmanuel Ochenjele, da Nigéria, contemplado com uma viagem a Paris para visitar a sede da Eutelsat e uma fábrica de satélites.



Maria Abreu, responsável de comunicação e imagem da DStv



USANDO INSTRUMENTOS DA PRÓPRIA REDE SOCIAL

Facebook quer combater suicídios

A maior rede social, o Facebook, está a planear usar inteligência artificial e actualizar as ferramentas e serviços para ajudar a prevenir suicídios entre os usuários. Entre elas,

o recurso de transmissão ao vivo, o 'Facebook Live', e o serviço de 'bate-papo' Messenger.

A inteligência artificial será usada para ajudar os usuários com tendências suicidas, comunicou a empresa num post

Em Janeiro, uma adolescente adoptada, de 14 anos, que morava na Flórida, transmitiu o seu suicídio

no Facebook Live, de acordo com o jornal New York Post.

O Facebook já está a usar inteligência artificial para monitorar material ofensivo em transmissões de vídeo ao vivo e pretende fornecer recursos, que incluem chegar a um amigo e entrar em contacto com uma linha de ajuda, para o usuário reportar o vídeo ao vivo.

As taxas de suicídio subiram 24% nos EUA entre 1999 e 2014, após um período de declínio quase consistente, de acordo com um estudo do National Center for Health Statistics.

Por cá, um estudo compilado em livro lançado na semana passada por quatro psicólogas dá conta que, nos últimos 10 anos, a taxa de tentativa de suicídio e de suicídio consumado têm aumentado consideravelmente, com mais incidência em Luanda, Huambo e Huíla. Os indivíduos solteiros ocupam 75% dos casos de suicídio, sendo 80% são pessoas sem ocupação.

Marcas & Estilos

Estética moderna

Património artesanato de técnicas de tecelagem, o Ikat viajou da Índia para a Malásia e Indonésia no século 16, para encontrar uma nova expressão sobre estas luxuosas estolas de Caxemira. Desenhos subtis e cores trazem uma estética moderna para um estilo tradicional muito amado.

Combinação original

Este relógio da Datejust, de 1986, é incomum não apenas pela combinação de cores, mas também pela originalidade. Perfeitamente concebido, possui um lindo indicador de ouro acabado de linho com tons de Jubilee.

Garantias valiosas

Esta cómoda é a mistura perfeita de linhas modernas de madeira recuperada rústica. Com três gavetas deslizantes, a madeira recuperada da Nursery Dresser é a garantia de que a sua casa estará livre de qualquer toxina.

Passos emblemáticos

Esta 'zebra' colorida da Yeezy Boost é extremamente procurada. Foi após o lançamento a 25 de Fevereiro que essas sapatilhas se tornaram no emblema dos calçados fabricados pela Adidas.

Delicadezas

A Carnelian surpreendeu os seus apreciadores com este colar emparelhado com moedas chapeadas de ouro. É uma peça perfeita de camadas delicadas e que pode adquirida, separadamente, com gargantilha de brim e de pedra azul.

Luzes botânicas

O Pianta&Stanza é responsável do incrível Forestarium, um lindo e inteligente candeeiro com luz proveniente de uma espécie botânica. A planta iluminante senta-se no vaso de vidro, uma 'mecha de vela' pendurada na água. Debaixo de uma luz LED suave, brilha, criando um efeito encantador à noite.

TURISMO

Turismo religioso

Por estes dias, em que os católicos estão entre celebrações, há caminhos para várias peregrinações. Por exemplo, os de Espanha. Na Galiza, com os de Santiago de Compostela, cidade que se destaca pela dimensão das igrejas e monumentos religiosos que exhibe. É Património Cultural da UNESCO desde 1985. Ou ainda por Lurdes, a pequena cidade francesa que os católicos transformaram quase numa 'meca'. Situada nos Pirinéus, tem uma das maiores concentrações de monumentos religiosos como o Santuário de Nossa Senhora e a Basílica do Rosário. São conglomérados de igrejas e capelas, ladeados por um rio, e ideais para quem passar dias a rezar.



AUTOMÓVEL

Velar: um modelo radical

A mítica marca britânica está apostada em inovar, custe o que custar. E, neste caso, para a Land Rover, o 'custar' tem mesmo outro peso. Para já, o novo modelo Range Rover vai custar, à saída da fábrica, quase 73 mil dólares. O resto é só juntar os impostos. A marca recuperou ideias antigas e acrescentou mais um nome ao modelo: Velar. Precisamente,

recuperado aos protótipos de 1969. Este novo Velar é um SUV, todo-o-terreno, de luxo, com uma decoração sofisticada, tejadilho deslizante, oito velocidades, bancos com massagens e é considerado o mais avançado, mais ousado e mais radical da Land Rover. Só vai estar disponível a meio do ano, mas já faz furor nos salões de automóveis.



AGENDA

LUANDA

DE 3 DE MARÇO A 5 DE ABRIL

Exposição 'O Sublime', do artista Meso Mumpasi, no ELA - Espaço Luanda Arte. Uma homenagem à mulher angolana.

6 DE MARÇO

2.ª Edição do Recita 'Mulher é poesia', no Centro Cultural Português. A partir das 18 horas. Entrada livre.

9 DE MARÇO

Lançamento do livro 'A Arte de Seguir Alguém', de Dárdano Santos, no Centro Cultural Português. Às 18 horas.

11 DE MARÇO

Venda e sessão de autógrafos do álbum 'EVA', de Eva Rap Diva, no Parque da Independência. Às 8h.

11 DE MARÇO

Peça teatral 'A Ninfomania: desejos incontroláveis', na LAASP. Às 20 horas. Bilhetes a 2500 kwanzas.

“Outras vezes, são os próprios colegas que me impedem de aparecer. Dizem que não estou em Angola, ou não dão o meu número de telefone, fazem qualquer coisa para impedir. Isso é assim há muito tempo.”

AFRIKKANITHA, A VOZ DO JAZZ ANGOLANO

“A música hoje já não me inspira a ter grandes sonhos”

MÚSICA. A residir em Miami, Florida, nos EUA, Afrikkanitha aposta tudo nos estudos superiores em jazz e assume que boa parte do seu rendimento vem da música, mas também lecciona Língua Portuguesa e faz confecção de bolos. Sente-se desencantada, mas conformada por haver “boicote” entre os produtores e organizadores de eventos e inclusive com os colegas.

Por Amélia Santos

O Afro jazz tem futuro em Angola?
Se acreditarmos e investirmos, tem sim.

Disse que a rádio não passa todos os estilos. Mantém a ideia?

As rádios, no geral, com excepção de algumas, tocam apenas um estilo. Assim é muito difícil educar o ouvido do povo angolano. É preciso paulatinamente que se introduzam outros estilos e, se possível, até em horas um pouco impróprias para as pessoas reagirem e comecem a habituar-se.

E nestes casos, qual deve ser o papel do artista?

O artista tem de continuar a promover, a acreditar no que faz. Só deste modo o impossível acontecerá.

Há orçamentos estipulados. Será esse o motivo de não termos a Afrikkanitha nos grandes eventos nacionais?

Não! Já não sou convidada para os grandes eventos. Às vezes, o meu nome está na lista e aparece alguém que diz não gostar de mim e tiram. Outras vezes, são os próprios colegas que me impedem de aparecer. Dizem que não estou em Angola, ou não dão o meu número de telefone, fazem qualquer coisa para impedir. Isso é assim há muito tempo. Ainda vivia em Angola e conheço alguns dos colegas que fazem isso (risos). Fazer o quê? A vida continua.

Quanto cobra para um ‘show’ das multidões?

Depende de quem contrata. O ‘cachet’ varia muito.



Considera-se cantora para um público específico?

Não! Canto para todos, apenas alguns se identificam.

Internacionalmente onde actua?

Em vários países como Portugal, Brasil, Dubai, França e EUA. Tenho recusado outros por enquanto, porque a universidade tem tomado todo o meu tempo.

A música é a sua única fonte de rendimento?

Na universidade, dei aulas de língua portuguesa, às vezes, faço encomendas de bolos para a igreja (sou doceira), tenho o curso de panificação e pasteleria, a minha mãe pôs-me a fazer vários cursos durante a minha adolescência. Fiz costura também, mas ganho

PERFIL

Nome: Eunice José

Estado civil: casada

Filhos: 3

Formação: Estudos De Jazz pela FMU (USA)

Ocupação: Rádio host (Jazz Em Casa) cantora, desportista, mãe, dona de casa, compositora e produtora, etc.

Cantores nacionais: Todos.

Andar a citar nomes, às vezes, só traz problemas. Já sou muito polémica.

a vida essencialmente a cantar, é o que mais gosto de fazer. Gosto de organizar concertos, por isso organizo os meus.

Sente-se realizada?

Depois da minha formação superior em Estudos de Jazz, sentir-me-ei de todo realizada. Já não sonho em ser famosa, foi na adolescência! A música hoje já não me inspira a grandes sonhos. Está tudo tão mudado. Faz sucesso quem não tem talento, basta ter uma cara bonita para se abafar um grande talento. Perdi o interesse, quero leccionar, quero muito trabalhar com crianças.

Como foi a sua entrada na música?

Depois de a música se ter manifestado em mim, um amigo, Maninho Teixeira, introduziu-me ao mundo da música. A seguir, o Oliveira Janjão deu-me outro grande suporte.

Que caminhos teve de percorrer até chegar onde está?

Do sacrifício e determinação. Continuo a percorrer até agora.

Como foi a passagem do estilo que fazia no grupo ‘N’Sex Love’ para o Afro jazz?

Não foi difícil, sou naturalmente versátil.

Foi a primeira angolana com a ‘coragem’ de passar por todas as fronteiras da música. O que a incentivou?

Tenho uma missão, mas nunca me senti cansada. Devo sempre vencer o próximo obstáculo. É Deus que dá talento, escolhe e capacita. Não tenho feito nada sozinha.

Que importância teve o seu esposo (Simons Mansini) na sua carreira?

Foi o produtor do meu primeiro disco a solo, ajudou-me muito.

Como conseguiu ultrapassar o estrabismo?

Ultrapassar como? Sou estrábica até agora (risos). Não tenho vergonha de ser como sou porque não nasci assim, fiquei assim num acidente e os meus pais é que estão de parabéns, porque nunca me trataram como uma criança deficiente. Só a sociedade é que me vê de maneira diferente, em casa sempre fui igual aos outros. E a vida deu-me amigos tão bons, que me amam do jeito que sou e não falam no assunto sequer!

A ‘Kanitha Magazine’ era de carácter educativo e informativo. Teve como objectivo reforçar o jazz em Angola?

Sim, e dar ao público angolano, principalmente o juvenil, uma leitura mais didáctica, mais educativa e informativa.

Conseguiu alcançar os seus objectivos?

Senti um ‘feedback’ positivo, mas é um trabalho de continuidade. Tive de parar porque voltei a estudar. Quando acabar a universidade, reatou o projecto ‘Kanitha’.

NÚMEROS DA SEMANA

21,3

Milhões de dólares é o valor do contrato que Angola vai pagar à empresa austríaca Waagner-Biro Bridge Systems, para fornecer pontes metálicas ao país.

60

Dólares é a meta que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tem para a subida das cotações do petróleo.

1

Milhão de dólares é o valor do investimento apresentado por dois empresários chineses para a instalação, em Luanda, de uma fábrica de produção de calçados.

52,2

Milhões é a quantidade de barris de crude que Angola exportou, em Janeiro, a um preço médio superior de 51 dólares, revela o relatório mensal sobre as receitas com a venda de petróleo do Ministério das Finanças.

EM 2015

Riqueza caiu 25,6 mil milhões USD

A riqueza produzida em Angola, durante o ano de 2015, caiu mais de 25,6 mil milhões de dólares, fazendo o Produto Interno Bruto (PIB) recuar a valores anteriores a 2011, devido à crise da cotação do petróleo.

Os dados constam de um relatório de 2015 do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre a estabilidade financeira, recentemente publicado que indica ainda que o PIB angolano desceu para 104.388 milhões

de dólares, uma quebra de 20% no espaço de um ano.

O PIB atingiu em 2014, o valor mais elevado, chegando aos 130.031 milhões de dólares, segundo também o relatório do BNA. “Observou-se a redução das receitas de exportação de petróleo em 44,3%, face a 2014, devido à queda do preço do petróleo, afectando negativamente a solidez da maior parte dos indicadores do sector externo”, concluiu o relatório.



Desta forma, o PIB caiu em apenas 12 meses mais de 25,6 mil milhões de dólares e, na previsão do Governo, ainda não será em 2017 que este indicador se aproxima dos melhores anos. A cumprirem-se as previsões inscritas no OGE para 2017, a riqueza produzida em Angola deverá crescer para 19,746 biliões de kwanzas.

Em Outubro, no discurso anual sobre o estado da Nação, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmou que o crescimento económico do país não estagnou e que apenas “perdeu a pujança” devido à crise provocada pela quebra nas receitas com a exportação do petróleo.

O PR recordou que, só em 2015, a “quebra brusca” do preço do petróleo tirou a Angola receitas fiscais de quase seis mil milhões de dólares e que o investimento público em curso só está a ser possível com recurso ao endividamento interno e externo.

GRUPO INTEGRA TÉCNICOS DA SONANGOL

Comissão revê Lei dos Petróleos

O Ministério dos Petróleos vai apresentar, até Abril, uma proposta de revisão da lei das actividades petrolíferas e regulamentação do gás natural, tendo nomeado para o efeito um grupo de trabalho.

A equipa foi criada por despacho, assinado pelo ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, e tem 60 dias para apresentar um anteprojecto para ambos os diplomas.

No caso da Lei das Actividades Petrolíferas, datada de Novembro de 2004 e que regulamenta toda a actividade dos licenciamentos, exploração e produção de petróleo aos direitos e deveres da Sonangol, será representada por Jorge de Abreu, administra-

dor executivo da Sonangol.

O grupo de trabalho integra elementos do Ministério dos Petróleos e ainda o presidente da comissão executiva da Sonagás, empresa da Sonangol para a área do gás natural.



A revisão da legislação surge numa altura em que a Sonangol está em reestruturação, com o desempenho afectado pela quebra nas receitas petrolíferas e uma dívida superior a nove mil milhões de dólares.



BANCA Reservas do BNA aumentam 6%

Os depósitos em moeda nacional e estrangeira sob reserva do Banco Nacional de Angola (BNA) aumentaram 6%, entre Dezembro e Janeiro, invertendo cinco meses de quedas, fixando-se em 1,050 biliões de kwanzas.

Segundo dados preliminares do BNA, estas reservas tinham descido no final de 2016 para 989 mil milhões de kwanzas, quedas mensais que se repetiam desde Agosto.

Em causa está a obrigatoriedade de os mais de 20 bancos comerciais que operam em Angola constituírem reservas sobre os depósitos à ordem do BNA, que fixou taxas de 15% do total em moeda estrangeira e 25% em moeda nacional.

Entre esta denominada “reserva bancária”, contavam-se, a 31 de Janeiro, depósitos obrigatórios em moeda estrangeira, que aumentaram para 193.500 milhões de kwanzas, e em moeda nacional, que também cresceram, para 691.218 milhões de kwanzas.

O VALOR ESTA SEMANA

PRIVATIZAÇÕES

Processo falha meta

O processo de extinção e liquidação das empresas públicas paralisadas e semi-paralisadas continua em curso, prevendo-se que já não fique finalizado este ano, como estava inicialmente previsto. Anunciado em 2013, o programa está ainda na fase de pagamento de dívidas aos credores para, só depois, atingir a fase de privatizações. **Pág. 8**



MULHERES

20 trabalhos proibidos

O Presidente da República aprovou, desde o dia 22 de Fevereiro, a nova lista de trabalhos proibidos e condicionados às mulheres angolanas, revogando um decreto conjunto dos Ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e da Saúde de Dezembro de 2010. A lista é composta por mais de 20 actividades específicas, voltadas, sobretudo, para a indústria química. **Pág. 9**

PESCAS

FAO financia salineira

O Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) vai disponibilizar, este ano, uma linha de crédito para a produção salineira, em Angola, no valor de 300 milhões de dólares. Os moldes da parceria estão a ser discutidos com o Ministério das Pescas. Angola importou 157 toneladas de sal, no ano passado. **Pág. 6**